

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CAMILA TEIXEIRA NEVES

**Uma análise da Hegemonia norte-americana: seu comportamento
frente à agenda internacional emergente no séc. XXI**

RECIFE

2015

CAMILA TEIXEIRA NEVES

**Uma análise da Hegemonia norte-americana: seu comportamento
frente à agenda internacional emergente no séc. XXI**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC,
como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Elton
Gomes dos Reis**

**RECIFE
2015**

NEVES, C. T.

Uma análise da hegemonia norte-americana: seu comportamento frente à agenda internacional emergente no sec. XXI. Camila Teixeira Neves. Recife: o Autor, 2015.

55 folhas.

Orientador: Profº Elton Gomes Reis

Monografia (graduação) – Bacharelado em Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2015.

Inclui bibliografia.

1.Relações Internacionais 2. Estados Unidos 3. Ataques Terroristas 4. Iraque 5. George W. Bush.

**327 CDU (2ªed.)
327 CDD (22ª ed.)**

**Faculdade Damas
TCC 2015 – 337**

CAMILA TEIXEIRA NEVES

**Uma análise da Hegemonia norte-americana: seu comportamento
frente à agenda internacional emergente no séc. XXI**

Monografia apresentada à Faculdade
Damas da Instrução Cristã - FADIC,
como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: ____/____/____

Nota: ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof. MSc. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Prof.: Dr. Antonio Henrique Lucena Silva
FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

Sumário

INTRODUÇÃO	09
1. Hegemonia, ordem internacional e conceitos de política Internacional	14
1.1 Conceito de hegemonia.....	15
1.2 Fontes de poder internacional.....	20
1.3 As principais fontes do poder norte-americano: o <i>HardPower</i>.....	25
2. O Declínio do poder norte-americano no séc.XXI	30
2.2 O pós 11 de Setembro.....	31
3. Mudanças e ajustes na política externa norte-americana	42
3.3 Redefinindo parâmetros da política externa: o futuro da superpotência.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
Referências Bibliográficas	55

RECIFE

2015

Lista de Siglas

EUA – Estados Unidos da América

CIA – *Central Intelligence Agency*

FMI – Fundo Monetário Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Uma análise da Hegemonia norte-americana: seu comportamento frente à agenda internacional emergente no séc. XXI

Camila Teixeira Neves*

Resumo

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e as ações da política norte-americana que se seguiram a ele, a hegemonia dos EUA, que em alguns aspectos já estava mostrando sinais de esgotamento, enfraquece ainda mais. Para conter o declínio do poder norte-americano, que se seguiu aos ataques, mas principalmente as ações unilaterais do governo de George W. Bush na guerra e ocupação do Iraque, usada pelos norte-americanos como justificativa de combate ao terrorismo, o país deve reorganizar sua política externa de acordo com esses novos desafios que se apresentam. Com a ascensão de novos problemas, com as novas potências econômicas, com novos atores que se sobressaem no cenário internacional e a agenda internacional emergente neste início de século XXI, a política externa americana aparenta precisar se reorientar, se tornar mais cooperativa com a comunidade internacional e fazer o país assumir seu papel de líder no sistema para conter a erosão do poder norte-americano que se seguiu a guerra total ao terror empreendida pela administração republicana. Serão analisadas as possíveis mudanças na política externa dos Estados Unidos, assim como analisar alternativas no emprego do poder norte-americano para conter a erosão de sua hegemonia em um sistema onde as relações entre os Estados estão cada vez mais internacionalizadas.

Palavras-Chave: Estados Unidos, ataques terroristas, Iraque, George W. Bush, Hegemonia, Poder.

*Aluna concluinte do curso de Relações Internacionais

Abstract

With the terrorist attacks of September 11, 2001 and the actions of the American politics that followed it, US hegemony, which in some aspects was already showing signs of exhaustion, weakens even further. To restrain the decline of American power, which followed the attacks, but mostly government unilateral actions of George W. Bush's administration in the war and occupation of Iraq, used by the north-American as explanation for fighting terrorism, the country must reorganize its foreign policy according to these new challenges ahead. With the rise of new problems, such as the new economic powers, new actors who excel on the international scene and the emerging international agenda at the beginning of XXI century, American foreign policy appears to need to refocus, become more cooperative with the international community and make the country assume its leading role in the system to contain the erosion of American power that followed the total war on terror waged by the Republican administration. Possible changes will be analyzed in US foreign policy as well as analyze alternatives in the use of American power to refrain the erosion of its hegemony in a system where the relations between states are increasingly internationalized.

Key Words:United States, Terrorist attack, Iraq, George W. Bush, Power, Hegemony.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a minha família, que sempre me apoiou, principalmente a meus pais, Laura e Ricardo que sempre acreditaram em mim e me fizeram a pessoa que sou. Agradeço Deus e a Nossa Senhora, pelo apoio e conforto constante. A meus amigos e principalmente minhas amigas desta faculdade, Marília, Amanda e Camila, que tantas vezes foram essenciais em vários momentos da minha vida e para que eu concluísse a monografia.

Agradeço ao Professor Orientador Elton Gomes pela compreensão, dedicação e orientação nos momentos difíceis, seu apoio foi de extrema importância para que concluísse meu trabalho. E ao professor Pedro Gustavo Cavalcanti Soares pela ajuda e compreensão, e também a faculdade Damas e todo corpo docente que participou de minha formação.

Introdução

Desde o final de segunda Guerra Mundial os Estados Unidos aparecem para o mundo como uma superpotência. Havia se tornado líder em tecnologia, na economia e na produção. O aparato militar do país já era consideravelmente maior do que qualquer outro país. O dólar se estabelecia como moeda mais importante do mundo. Os países europeus, que haviam sido potências por longos períodos na história, como a Inglaterra, a França e a derrotada Alemanha, estavam completamente esgotados no final da guerra. O único Estado que seria capaz de fazer frente a esse crescente poder norte-americano era a União Soviética. Porém a URSS, uma das grandes responsáveis pela vitória dos Aliados, também perdera grande parte de sua população na guerra, o que diminuiu sua capacidade de produção, prejudicando a indústria e o poder militar. E ainda que o poder soviético não pudesse de fato se equiparar ao poder dos Estados Unidos, o crescente poder, os avanços territoriais, e a economia socialista da União Soviética, foram encarados como ameaça pela política norte-americana e tem-se o início da Guerra Fria, onde os norte-americanos iniciam a contenção militar, econômica e principalmente política da URSS, assim como de todos os Estados sob a esfera de influência soviética, como foi o caso de Cuba e China. O que mais tarde levaria a União Soviética ao esgotamento deixando os Estados Unidos Livres para assumir o papel definitivo de potência hegemônica.

É durante a Guerra Fria que os Estados Unidos começam a por em prática as bases e as estratégias, interna e externamente, do seu sistema político, militar e econômico que o levaram ao posto de maior potência no sistema internacional e que, em certa medida, permanecem até hoje. Mais que combater a influência soviética, os Estados Unidos passam a exportar a influência do seu próprio sistema. Passam a se comportar externamente como defensores da liberdade, principalmente no que fosse relacionado à liberdade econômica e de mercado. Iniciam o que passa a ser conhecido, como o “imperialismo americano”, buscando trazer países para zona do liberalismo econômico, trocando proteção econômica e militar pela defesa dos interesses americanos nesses Estados. Usam de seu poderio bélico superior para proteger qualquer tipo de regime, desde que fossem favoráveis aos interesses norte-americanos, como ocorreu quando provocaram a queda de Mossadegh no Irã, em 1953, pois este havia

nacionalizado os campos petrolíferos pertencentes a AIOC (Anglo-Iranian Oil Company), substituído-o pelo Xá Reza Pahlevi, que era defensor dos interesses ocidentais no Irã, o que garantiria o acesso às reservas de petróleo do Oriente Médio, essenciais ao modelo de economia e produção norte-americanos e a todo capitalismo ocidental. O mesmo tipo de apoio ocorre nos Estados em processos de democratização da América do Sul, onde os Estados Unidos apoiaram os regimes militares em países como Brasil e Chile, desde que estes afastassem o “perigo” comunista, e principalmente garantissem que os Estados sul-americanos permanecessem sob a influência americana. Os americanos passam definitivamente a atuar em áreas geopolíticas consideradas estratégicas usando seu poder econômico para construir ou reerguer economias pautadas em princípios capitalistas, como ocorreu com o plano Marshall criado em 1947 para reerguer a economia dos países europeus devastada pela Segunda Guerra Mundial.

Uniformizar os sistemas econômicos ao redor do mundo foi essencial para estabelecer os Estados Unidos como a maior potência, visto que este tinha a maior economia do mundo guerra. Portanto os norte-americanos buscaram erguer uma nova ordem internacional onde os Estados estivessem abertos ao comércio livre, a acumulação de capital e ao desenvolvimento, de acordo com as diretrizes capitalistas. Eles iniciaram a criação do aparato econômico e financeiro internacional em todo mundo, para construir as economias dos Estados nestes moldes, principalmente nas nações recém-independentes. Os norte-americanos se tornam os patronos da descolonização, pois para que os Estados em desenvolvimento fizessem parte deste sistema capitalista seria preciso romper com as políticas remanescentes do imperialismo europeu. E assim surge o acordo de Bretton Woods, que deveria estabilizar o sistema financeiro em todo mundo, o que criou instituições como o FMI e o Banco Mundial. Os Estados Unidos começam a uniformizar a economia mundial, levando o capitalismo e seu arcabouço financeiro, assim como seu estilo de produção, de comércio e de consumo, do qual eram líderes, ao redor do mundo. Neste período que vai do final da Segunda Guerra até meados da década de 70, os países capitalistas desenvolvidos atingiram um grande desenvolvimento econômico, e através da política do desenvolvimentismo e da descolonização o resto do mundo entrou também nesta onda de desenvolvimento, sempre sob a liderança e o domínio da hegemonia dos Estados Unidos. Surge neste período então, uma das conseqüências de ser a potência hegemônica. Se houvessem conflitos envolvendo os interesses privados e a democracia,

os norte-americanos defendiam os interesses privados. Eles passam do posto de incentivadores da descolonização pra o posto de opressores dos movimentos democráticos. Não importava para eles que tipo de regime se estabeleceria nos países desde que estes garantissem seus interesses e os da economia capitalista. Porém defender seus interesses, usar de poder coercitivo militar ou econômico e eliminar a competência são apenas um lado da hegemonia dos Estados Unidos. A cooperação internacional também é uma parte importante, que gera benefícios coletivos, e sem ela, os Estados Unidos provavelmente já não seriam a maior potência mundial.

De forma que, ao primeiro sinal de que o modelo econômico desenvolvimentista da economia capitalista estava entrando em colapso, quando os Estados se endividaram aos grandes investimentos feitos e às pressões da inflação, o mundo segue em direção a novas diretrizes e ajustes no sistema, sempre sob a liderança norte-americana. Os Estados entraram em uma fase de endividamento constante, a figura do Estado enquanto poder enfraqueceu, e ele passa a se tornar mais vulnerável ao sistema financeiro. Houve desvalorização de moedas, e ao recorrerem aos planos de reestruturação do FMI os Estados acabavam se endividando ainda mais. Os Estados Unidos, que também sofriam esses efeitos, ainda que em menor escala, viram como saída o aumento do comércio exterior, então passam a buscar relações comerciais assimétricas como objetivo político para sair da crise. Em toda essa reestruturação do sistema os Estados Unidos ainda mantinham a liderança devido ao seu enorme mercado, seu poder financeiro inigualável e sua reserva de força militar. Mesmo com uma competição cada vez mais acirrada nos mercados internacionais, com o ressurgimento das indústrias e dos mercados da Alemanha e do Japão desde a década de 70, por exemplo, o final da Guerra Fria acabou com qualquer ameaça que ainda restasse contra a acumulação do capital global favorável aos Estados Unidos e assim o domínio financeiro, econômico e político dos Estados Unidos estava garantido.

Com o final da guerra fria e a queda da União Soviética - que ocorre mais pelas deficiências da economia centralizada socialista vigente na URSS, do que por ações norte-americanas - em 1991, o mundo assistiu ao surgimento de uma nova ordem mundial, com uma nova economia global, agora sem ser rivalizada, o capitalismo, e com o advento da globalização, onde todos os Estados eram levados a atuarem no sistema internacional pelo mesmo conjunto de regras, em uma economia mundial cada vez mais competitiva. Mas, acima de tudo, o mundo assistiu à ascensão dos EUA ao

posto de potencia hegemônica mundial, neste novo sistema internacional onde eles pareciam não ter rivais à altura do seu poder.

A supremacia militar, econômica e cultural da potencia norte-americana se torna indiscutível, e com o passar dos anos, sua hegemonia vai se consolidando no cenário internacional. Porém ser a superpotência mundial nesta ordem unipolar não significa exatamente que os EUA possam atuar sozinhos no sistema. Poderio militar e econômico por si só não garante o êxito das ações norte-americanas. Frente ao surgimento da nova agenda internacional com a instabilidade financeira internacional, as mudanças climáticas, as novas potências econômicas regionais, e frente às antigas ameaças de Estados como o Afeganistão, o Irã, o Iraque e a Coreia do Norte, do terrorismo islâmico e da constante ameaça de proliferação nuclear, os Estados Unidos se tornaram complacentes e não lideraram a comunidade internacional, projetando seu poder sem objetivos concretos ou se fechando na “bolha” de sua própria hegemonia. O poder hegemônico norte-americano já começava a dar sinais de enfraquecimento em meados da década de 90, com a ascensão dos mercados do Sudeste e do Leste asiático, principalmente da China, e com o crescimento de novos centros financeiros como os de Tóquio, Londres e Frankfurt.

Com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e as ações da política norte-americana que se seguiram a ele, a hegemonia dos EUA, que em alguns aspectos que serão vistos adiante já estava mostrando sinais de esgotamento, enfraquece ainda mais. Para conter o declínio do poder norte-americano, que se seguiu aos ataques, mas principalmente as ações unilaterais na guerra com o Iraque, por exemplo, tomadas pelos norte-americanos como justificativa ao terrorismo, o país deve se reorganizar sua política externa de acordo com esses novos desafios. Com a ascensão de novos problemas a política externa americana tem que se reorientar, se tornar mais cooperativa com a comunidade internacional e fazer o país assumir seu papel de líder no sistema. Para conter o declínio do poder norte-americano o país deve se reorganizar de acordo com esses novos desafios, com as novas potências econômicas, como a China, com novos atores que se sobressaem no cenário internacional (como os BRICS - o grupo dos cinco maiores países em desenvolvimento: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e assim manter o status de superpotência.

Este trabalho, em seu primeiro capítulo, buscará primeiramente compreender o conceito de hegemonia perante as relações internacionais e entender todos os elementos de poder internacional que são relativos à hegemonia, ao emprego do poder nas relações internacionais e a ordem mundial, conceitos de política que serão necessários para a compreensão do tema a ser analisado. Assim dará seguimento no segundo capítulo, de forma a compreender os aspectos políticos, que demonstrem o desgaste da hegemonia norte-americana no início do século XXI e as mudanças em sua política externa, tendo como marco os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e a sua abordagem de contra-terrorismo nas guerras do Afeganistão e principalmente a ocupação do Iraque e como esta contribuiu para o aparente desgaste da hegemonia norte-americana.

Para conter o enfraquecimento de seu poder hegemônico, deverá o país assumir a liderança internacional como se espera de um poder hegemônico, sendo mais multilateralista em sua política externa? Ou os Estados Unidos devem se focar em proteger o poder que tem em mãos, voltando-se para si próprio, independentemente das mudanças no cenário internacional? O trabalho buscará analisar no terceiro capítulo as mudanças na política externa dos Estados Unidos frente à emergência de uma nova agenda internacional, assim como analisar alternativas no emprego do poder norte-americano para conter a erosão de sua hegemonia em um sistema onde as relações entre os Estados estão cada vez mais internacionalizadas.

1. Hegemonia, Ordem Mundial e Conceitos de Política Internacional

O sistema internacional em si é marcado pela incerteza, por uma série de situações assimétricas e, segundo as palavras de Castro (2008), o sistema internacional é, acima de tudo amolado pelo poder, pela força e pelo interesse, sendo ele o interesse nacional, o coletivo e também o interesse hegemônico. Com essa característica anárquica e difusa é compreensível que os conceitos políticos que surgiram a partir dele e tentarão ao mesmo tempo conceituá-lo serão igualmente difusos. E em um sistema marcado por tantas assimetrias políticas, econômicas, sociais e geográficas, entender a política internacional no qual se baseia se torna essencial para compreender o sistema em si. Um dos conceitos imprescindíveis para se compreender o sistema, a política internacional e os conceitos de poder e hegemonia, é o conceito de ordem mundial.

A ordem mundial busca explicar a forma e as características do sistema internacional vigente. A ordem mundial é o que irá representar um determinado momento das Relações Internacionais. Pretende conceituar as estruturas e o conjunto de valores e dos pólos de poder do sistema internacional. O conjunto de princípios sociais, morais culturais e políticos de um grupo hegemônico em comparação a outros Estados, assim como a compreensão do poder no sentido multidimensional do conceito ajudarão a dividir, de certa forma, o momento que vive o sistema internacional. Sendo assim, a ordem mundial refletirá a interação entre os Estados, as organizações internacionais e os outros atores internacionais em um determinado momento, e desta forma, irão ao mesmo tempo condicionar o próprio comportamento e interações dos atores. Assim tem-se que ordem mundial é, portanto, marco na política internacional de padrões comportamentais e de arranjos institucionais e negociais que ajudam a moldar o sistema internacional, através de paradigmas políticos impostos pelo poder hegemônico de um ou mais países dependendo do poder e da polaridade vigentes¹.

O conceito de hegemonia, palavra de origem grega, que significa originalmente “liderança”, influi nas análises do Sistema Internacional, em todas as suas esferas. Em se tratando de Relações Internacionais, onde já se caracteriza uma situação estrutural de

¹CASTRO, Thales. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas**. Juruá editora. Curitiba, 2008.

anarquia no sistema, uma série de variáveis e atores irá influenciar as dinâmicas e a ordem vigente no sistema. Porém como exemplificado nas palavras de Bobbio:

Se como conceito de anarquia internacional se põe em evidência o dado estrutural constituído pela ausência de um ordenamento jurídico eficaz e pelo conseqüente predomínio da lei da força nas Relações Internacionais, isto não significa em absoluto julgar que a realidade internacional seja uma situação totalmente caótica, dominada pelo choque contínuo, irracional e imprevisível entre os Estados uma situação, portanto, destituída de toda ordem

Um dos elementos estruturais chaves para se conter a anarquia à que tenderia o sistema internacional é a hierarquia formada entre os Estados. O surgimento das Potências, ou Estados com capacidade autônoma de defender os seus interesses, impor liderança e mecanismos que garantam a governança internacional. De forma complementar, outro elemento estrutural que rege as relações dos atores internacionais é o equilíbrio. Este serve também, e talvez principalmente, para regular as relações entre as grandes potências, não só as relações entre todos os atores internacionais em geral. A manutenção do equilíbrio entre as grandes potências representa menos o objetivo principal da política externa das grandes potências, do que a incapacidade de alguma delas de almejar de forma objetiva tornar-se hegemonia.² Desta forma as potências agem de forma a regular Estados ou coalizões de Estados que busquem este objetivo. Porém, ainda nas palavras de Bobbio, o próprio princípio do equilíbrio “torna indispensável, aliás, que toda grande potência aumente sem cessar a sua força num mundo caracterizado por um contínuo progresso econômico, demográfico e tecnológico, e esteja, enfim, também disposta a fazer a guerra para manter precisamente o equilíbrio”. É na incapacidade de certas potências de manter este equilíbrio em todas as suas esferas de poder e na maior capacidade de outras de acelerar o seu crescimento, aumentando ou mantendo a sua parcela de controle do sistema internacional, se sobrepondo às demais, que surge o poder hegemônico de um Estado sobre os demais.

1.1 Conceito de Hegemonia

Como pôde ser observado, a evolução e as mudanças do sistema internacional serão impostas pelas grandes potências e, conseqüentemente por um número muito pequeno de Estados em relação ao todo. Desta forma é necessário notar que a ordem

²CASTRO, Thales. **Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas**. Juruáeditora, Curitiba, 2008.

mundial por sua vez será construída pelo poder hegemônico mundial ou por um grupo de nações hegemônicas.

Neste caso a hegemonia representa a capacidade de liderança e de impor mecanismos que irão condicionar a governança do sistema internacional, ou seja, é uma forma de exercício de poder, seja ele praticado por um ou mais Estados. Outra definição clássica de hegemonia é a gramisciana onde esta, transposta para uma análise internacional, seria um poder global legitimado e reconhecido pelos demais Estados. Antonio Gramsci, em seus escritos de 1930, preocupava-se com o papel das relações estatais e da sociedade civil predominantes nas sociedades modernas e especialmente nas democracias capitalistas, especialmente nos Cadernos do Cárcere, escritos por ele entre 1926 e 1937, no período em que o autor esteve preso na Itália por suas atividades políticas. Neste trabalho, com reflexões sobre política, sociedade civil e Estado moderno, vê na Hegemonia a capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país (Gramsci, 1971, in: Morton, 2007).

Assim, transpondo esta visão de hegemonia nacional gramisciana, para o sistema internacional temos que na teoria hegemônica de Gramsci (1971), o Estado hegemônico seria capaz de direcionar, não só política e economicamente, mas também moral ideologicamente os demais Estados participantes deste modelo hegemônico interestatal majoritariamente capitalista e liberalista, fazendo com que suas metas impostas ao sistema internacional passem a serem vistas como legítimas e de interesse de todos. À luz do tema do presente trabalho, é importante ressaltar que a análise gramisciana de hegemonia se baseia na demonstração ou inflação do poder, advindo da capacidade do Estado dominante de fazer crer que seu domínio serve para o interesse de todos, não somente seus próprios. Logo, se por alguma razão, a ação tomada pelo poder hegemônico perde credibilidade, e não é mais vista como algo que atende ao interesse coletivo, esta hegemonia passa a ser dominação, ou “dominação sem hegemonia” (Arrighi, 2005). Este conceito, revisto posteriormente, será crucial no desenvolvimento do tema deste trabalho

Já de acordo com os teóricos da Teoria da Estabilidade hegemônica, Kindleberger e Gilpin, uma economia liberal mundial necessita de um estabilizador e de um só país estabilizador (Harvey, 2004). Ou seja, o mundo, sendo este nesta análise o liberal-capitalista, precisa de um único Estado dominante para criar e fazer cumprir as regras do livre mercado entre os membros dominantes do sistema. Seria necessário algum tipo de poder político como condição de uma ordem mundial estável, fosse ela econômica ou política. Assim um Estado hegemônico é aquele que tem não só a capacidade e o poder de forçar as regras do sistema, mas também a vontade, a motivação para fazê-lo e ainda um comprometimento com um sistema que seja percebido como mutualmente benéfico para os Estados com mais poder.

Estes acadêmicos da teoria neorealista americana, desenvolveram sua tese entre as décadas de 1970 e 1980, ao identificarem a distribuição de poder entre as Nações seria um fator central na abertura e estabilidade da economia internacional. O Estado hegemônico tem vantagem na busca de mercado em uma economia aberta. Por sua vez, este permite aos outros Estados que aproveitem os benefícios que ele fornece para economia internacional. No que se pode concluir que o sistema de livre mercado precisa de hegemonia para regulá-lo e mantê-lo. E o poder hegemônico precisa de um sistema internacional aberto para se expandir. Esta teoria abre espaço para uma série de críticas, visto que na presente ordem mundial, com os Estados Unidos exercendo o papel de potência hegemônica, ocorreram mais de uma crise na economia globalizada³.

Embora o conceito de Hegemonia em si, seja incerto e difícil de ser classificado, estas diversas teorias acadêmicas buscaram explicar o conceito de hegemonia e situá-la em um contexto histórico específico e com exemplos bastante específicos. Porém, como se poderá ver adiante, situar um poder hegemônico em um tempo e espaço específico pode se tornar uma tarefa extremamente árdua, pois vários elementos e conjunturas irão influenciar e modificar as interpretações acerca dos Estados “candidatos” a exercer o poder hegemônico.

Uma vertente da literatura política que trata do tema, utiliza o termo Hegemonia para designar a supremacia de um Estado, ou o poder supremo daquela superpotência perante os demais. Segundo as palavras de Bobbio, o termo seria um “decalque latino da palavra grega *egemonia* que significa “direção suprema”, usada para indicar o poder

³HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. Edições Loyola, São Paulo, 2004.

absoluto conferido aos chefes dos exércitos, chamados precisamente *egemónes*, isto é, condutores, guias.” O Estado que seria a potência hegemônica no momento histórico exerce sobre as demais nações uma superioridade ou vantagem em esferas de poder como a militar, econômica e também cultural (em que nível estas esferas de poder servirão ao poder hegemônico será tratado posteriormente ao se diferenciar *Hard Power* de *Soft Power*) direcionando e influenciando as opções destas nações seja por força, por coerção, por seu potencial de intimidação, ou simplesmente através do prestígio que tal nação que detém o poder hegemônico costuma exercer (Nye, 2004).

E, conforme dito anteriormente o conceito de hegemonia ainda se torna de difícil classificação política. Ainda nas palavras de Bobbio:

O conceito de hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, de direito público ou de direito internacional; implica antes uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo este critério poder-se-ia definir a Hegemonia como uma forma de poder de fato, que no *continuum* influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando hora para um hora para outro pólo.

Há autores que buscam conceituar a Hegemonia fundamentando-a no sentido etimológico da palavra, ou seja, do domínio findado na força militar. É o caso da escola alemã baseados na Doutrina da Razão de Estado, a exemplo de Ranke e Dehio (2003, In: Owens, 2008), que antagonizaram os conceitos de Hegemonia e Equilíbrio. Nesta visão, a história das Relações Internacionais seria nada mais que um alternar de equilíbrios não muito estáveis e de tentativas hegemônicas de nações que se situavam dentro ou fora de sistema internacionais consolidados. Assim é criada uma dicotomia entre Hegemonia e Equilíbrio, onde as potências periféricas foram capazes de formar coalizões contra o Estado que ameaçava impor sua hegemonia, fazendo com que o princípio do Equilíbrio, na maior parte das Relações Internacionais, se sobrepujasse em detrimento do princípio da Hegemonia.

Em outra análise, aplicando o conceito de Hegemonia às relações inter-estatais, o Economista Italiano Giovanni Arrighi (Arrighi; Silver, 1999) explicita que a acumulação de poder coletivo ou distributivo, em várias esferas, será a base da hegemonia no âmbito de um sistema global. O poder distributivo se refere ao jogo de soma zero, em que só um ator pode obter mais poder se outros passam a perder poder. Já o poder coletivo se encontra em um jogo de soma positiva, onde a cooperação entre diferentes agentes aumenta os seus poderes sobre terceiros ou sobre recursos naturais, ou amplifica ganhos econômicos. Partindo do ponto que o poder do ator internacional

que exerce a supremacia é derivado de um equilíbrio entre coerção, consenso, atração. podemos observar a necessidade de acumulação do poder coletivo, que permitirá ao Estado hegemônico exercer este equilíbrio de forma mais concreta. Estas características dos poderes distributivos e coletivos estabelecida por Arrighi, a forma como os Estados os podem usar e os resultados que podem chegar será essencial no desenvolvimento do tema central deste trabalho. Ainda observando as palavras de Arrighi pode-se notar que:⁴

“A supremacia de um grupo ou, no caso, de uma nação-Estado, pode... manifestar-se de duas maneiras: como ‘dominação’ e como ‘liderança moral e intelectual’. Um grupo social domina grupos antagônicos, que ele tende a ‘liquidar’ ou a subjugar, talvez mesmo pela força armada; ele lidera grupos afins ou aliados”. Mas esta liderança pode assumir duas formas diferentes. Em virtude de suas realizações “um Estado dominante se torna o modelo a ser emulado pelos outros Estados e os atrai assim para seu próprio curso de desenvolvimento... Isso pode aumentar o prestígio e, por conseguinte, o poder do Estado dominante..., mas na medida que obtém algum grau de sucesso essa emulação tende a contrabalançar e, portanto, antes a reduzir do que a aumentar o poder do *hegemon*, ao trazer à existência competidores do *hegemon* e reduzir assim o que há nele de ‘especial’. Liderança, por outro lado, designa “o fato de um Estado dominante conduzir o sistema de Estados numa direção desejada, e, ao fazê-lo, ser majoritariamente percebido como voltado para a promoção de um interesse em geral. A liderança neste sentido aumenta o poder do Estado dominante”

Assim é possível concluir que neste caso o Estado hegemônico deveria se utilizar da liderança não somente para atingir seus objetivos e para seu próprio desenvolvimento, mas também lidera para criar um ambiente em que todas as partes se beneficiam (ou assim percebem a interação com a potência hegemônica), com ganhos mútuos derivados das próprias interações entre eles ou do aumento de seu poder coletivo em diversas esferas, como na transferência de tecnologia e nas trocas comerciais.

É possível notar que, sendo um fator que pode ser empregado de mais de uma forma e interpretado com a mesma diversidade, a Hegemonia não pode ser considerada como um conceito ou paradigma político que exista de forma independente. Hegemonia pode ser considerada um fenômeno político que passa a existir dentro de determinado sistema inter-estatal, sendo o próprio um produto de circunstâncias históricas e agendas políticas específicas. A Hegemonia, ainda que deva ter suporte de uma preponderância de poder material, pode ser também sustentada por uma cultura hegemônica transnacional, que dá legitimidade às regras e normas de um sistema hierárquico inter-estatal. Ainda assim Hegemonia consiste na posse e na utilização de um conjunto de fontes de poder, além da habilidade e intenção do Estado hegemônico de moldar as

⁴ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly, *Chaos and Governance in The Modern World System*, University of Minnesota Press, 1999; In HARVEY, David, *O Novo Imperialismo*, Edições Loyola, 2004.

preferências e os interesses dos outros Estados. Ambos, poder material e habilidade de usá-lo, são determinantes no fator de poder hegemônico de um Estado. Logo, pode-se concluir que não importa qual seja a definição, o conceito de hegemonia tem sempre um denominador comum: a manifestação e utilização do poder.

1.2 Fontes de poder Internacional

Na definição de Norberto Bobbio (2007), em seu significado mais comum o poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Podendo ser referidos a indivíduos e a grupos humanos como a objetos. Poder em geral pode representar uma situação potencial ou uma situação de fato. Ainda na definição de Bobbio, quando a capacidade de determinar o comportamento do outro é posta em prática, o poder se transforma, passando de possibilidade á ação. Neste caso temos o poder atual, uma relação entre comportamentos. Já o poder potencial é simplesmente a capacidade de determinar o comportamento alheio. Quando uma nação como os Estados Unidos ameaçam uma intervenção militar contra uma nação como a Coreia do Norte, por exemplo, frente à ameaça desta última de fazer novos testes com mísseis em 2009, ele exerce o seu poder potencial já que pode fazê-lo e que os demais Estados do sistema internacional os atribuem esta capacidade. Já quando Conselho de Segurança da ONU impôs sanções à Coreia do Norte após o lançamento de um míssil balístico em julho de 2006 e um teste nuclear realizado alguns meses mais tarde esta coalizão de Estado neste caso realiza uma intervenção está utilizando seu poder atual, de fato. Ou quando os EUA de fato intervém através de ação militar em um Estado soberano, como ocorreu em 2001 no Afeganistão em resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, eles então exerceram seu poder atual. Assim podemos concluir que enquanto o poder atual é uma relação entre comportamentos, o poder potencial é uma relação entre atitudes para agir.

Outro aspecto do poder a ser observado é o fato de que este é tanto instrumental quanto contextual. O poder dos Estados é contextual, pois somente pode ser avaliado em termos de elementos, ou áreas de poder, sendo estes elementos a capacidade bélica, os recursos econômicos, os recursos naturais, território, população, dentre outros. Logo o poder só será avaliado quando comparado com os elementos de poder de outros Estados e apenas na presente situação em que tal poder está sendo exercido. O poder é instrumental pois pode ser usado primariamente como um meio de atingir um ou mais

objetivos, como prestígio, acordos, defesa ou conquista de território, além da sua característica principal onde o poder é o objetivo principal. O que pode ser observado na definição de poder de Hobbes, onde o poder de um homem consiste nos meios de alcançar alguma aparente vantagem futura (Bobbio, 2007). Ambos aspectos apontam para uma dificuldade em se tentar definir o conceito político de poder, qual seja as formas de mensuração do poder. Em se tratando de fatos reais no cenário internacional, por exemplo, surge sempre a necessidade de comparar e medir as relações de poder. Segundo Bobbio, uma forma de se mensurar relações de poder seria determinar as diversas dimensões que pode ter o comportamento presente na relação. Uma delas seria a probabilidade que o comportamento desejado por quem exerce o poder se verifique de fato.

Outra dimensão se dá através do número de atores sujeitos ao poder e principalmente à quem o exerce. Uma terceira dimensão seria a da esfera do poder, a qual se refere ao âmbito de atividade a qual determinado poder diz respeito, por exemplo, a esfera econômica, a esfera militar, a esfera cultural, dentre outras. Daí surge que em determinada situação um ator com supremacia em certa esfera de poder prevalecerá a outro, já que no âmbito da situação tal poder se mostra mais eficiente. A quarta dimensão do poder surgiria através do grau de modificação do comportamento de um ator que o sujeito do poder consegue provocar de fato, dentro da sua esfera de poder. A quinta e última forma de mensurar o poder surge a partir da medida em que o sujeito de maior poder restringe as opções de comportamento restantes aos que se submetem à seu poder.

Observa-se então que o poder em geral e em especial para o sistema internacional, possui características essenciais, devendo ser ao mesmo tempo pluridimensional, por ter múltiplas características; relacional, na medida em que é comparado entre dois ou mais atores; e situacional, estando sempre atrelado a um determinado tempo histórico, à certa esfera de poder e, principalmente à ordem internacional em que esteja inserido. Podemos identificar a pluridimensionalidade do poder observando as diversas esferas de poder que compõe o poder internacional e o poder hegemônico. Segundo análise de Castro (2008) o poder internacional e o comportamento hegemônico seria um somatório do poder político-diplomático, do poder econômico-financeiro, do poder militar, do poder cultural e do poder geodemográfico.

É possível então definir os tipos de recursos de poder, que podem ser divididos em *hard power* e *soft power*. O *hard Power* seria o poder duro. São as fontes de poder tradicionais e mais facilmente percebidas como fonte de poder. Sua influência e importância são notadas na prática. O tamanho, a localização e a geografia de um país, são fontes de poder duro. Suas fronteiras, se são conflituosas ou não, se são banhadas por oceanos, se o país é rico em recursos naturais. Tudo isso são fontes de poder facilmente identificáveis. O poder bélico de um Estado, o seu exército, é outra fonte de *Hard Power*, por razões óbvias. A população de um Estado, sua organização civil, sua estabilidade, seu tamanho, a capacidade industrial de um país, tudo pode ser incluído na categoria de *hard Power* por serem fontes de poder duro, tangíveis, mais fáceis de ser mensurado.

Já o *soft Power*, termo criado por Joseph S. Nye Jr., é o poder brando, suave, de cooptação. São elementos de poder intangíveis, não vistos nem percebidos na prática. O *soft Power* está relacionado ao poder de convencimento, ideológico. Suas fontes são o conhecimento, a tecnologia, a ideologia, a cultura. Estes itens permitem a flexibilidade, a adaptabilidade, o poder de convencimento e a disseminação de valores do Estado que exerce a condição de dominação. É exercido com o emprego da atração e do convencimento, o que muitas vezes faz com que o resultado pretendido pelo Estado que exerce o poder venha de forma natural, através da própria vontade do outro Estado, não sendo preciso o uso da coerção, ameaça ou força, como no caso do *Hard Power*. A diferença entre o emprego de um ou do outro tipo de poder em determinado momento de um Estado hegemônico na obtenção de resultados almejados será trabalhada posteriormente.

Segundo definição de Nye Jr., poder, em resumo, seria a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los. Nye exemplifica que “o poder militar da OTAN deteve a limpeza étnica de Slobodan Milosevic em Kosovo, e a promessa de ajuda econômica à devastada Sérvia venceu a resistência inicial do governo desse país a entregar Milosevic ao tribunal de Haia” (Nye, 2002). No entanto, para que se possa exercer a capacidade de modificar e conduzir ações dos outros Estados, e se chegar aos objetivos almejados, é necessário ter a posse dos recursos de poder materiais. E em se tratando de poder internacional podemos elencar elementos supracitados como poder economia, finanças, diplomacia, território, população, recursos naturais, poderio militar e estabilidade política. Logo possuir tais

poderes materiais e não saber usá-los ou usá-los da forma errada o Estado acaba perdendo ou deixando de alcançar os seus objetivos no cenário internacional. Saber aproveitar a oportunidade e o momento seria uma terceira variante, e extremamente importante, pois o poder também irá depender do contexto no qual aquela relação entre Estados existe. Como colocado por Nye:⁵

“Políticos Práticos e pessoas comuns freqüentemente acham estas questões de comportamento e motivação muito complicadas. Assim se voltam para uma segunda definição de poder e simplesmente definem-o como a posse de capacidades ou recursos que podem influenciar nos resultados. Conseqüentemente eles consideram um país poderoso se este tiver uma população e território relativamente grandes, recursos naturais extensos, força econômica, poderio militar e estabilidade social. A virtude desta segunda definição é que faz o poder parecer mais concreto, mensurável e previsível. Mas esta definição também tem problemas. Quando as pessoas definem poder como sinônimo dos recursos que o produzem, elas algumas vezes encontram o paradoxo em que aqueles mais dotados de poder nem sempre obtém os resultados desejados.”... “por exemplo, em termos de recursos os Estados Unidos eram bem mais poderosos que o Vietnam, contudo perdemos a Guerra do Vietnam. E a América era a única superpotência do mundo em 2001, mas falhamos em prevenir o 11 de Setembro.”

Assim é possível entender que poder internacional de fato é a soma dos recursos materiais possuídos por determinado Estado, mais a habilidade de visualizar a oportunidade, mais sua capacidade de utilizar os recursos em seu favorecimento. Caso contrário os recursos, por mais que os tenha, não passam de poder potencial. E ainda nas palavras de Nye “para transformar os recursos potenciais de poder do nosso país em poder concreto são necessárias uma política bem elaborada e uma liderança capaz. Mas ajuda muito já começar com as cartas altas” (Nye, 2002). Podemos observar que, ainda que o poder possibilite ao Estado os meios de se chegar a um resultado almejado, ou de modificar o comportamento do outro, a forma como isto é feito depende de que exerce o poder. É possível usar a força militar, coagir, comandar, mais também é possível se chegar os resultados esperados se os outros acreditam que seu objetivo é legítimo, ou compartilham da sua visão, um Estado pode persuadir o outro a fazer o que se deseja sem ameaças e coerção. Ter os recursos materiais de poder é uma vantagem, mas a fonte de poder não garante os resultados desejados.

Ainda que a utilização do poder se torne peça chave para a atuação da potência hegemônica, uma análise do aspecto da acumulação do poder material se torna essencial à luz do tema central do presente trabalho: As relações entre a acumulação de capital e a

⁵ NYE JR., Joseph S., *Soft Power: the means to success in world politics*, PublicAffairs, Unite States, 2004.

acumulação de poder. Nas palavras de Hannah Arendt entendemos como a lógica do capitalismo é usada para manter a hegemonia. Assim Arendt coloca que:⁶

A insistência de Hobbes no poder como motor de todas as coisas humanas (...) veio da proposição teoricamente indiscutível de que uma acumulação sem fim de propriedade deve basear-se em uma acumulação sem fim de poder (...). O processo infinito de acumulação de capital necessita a estrutura política de uma “potência tão ilimitada” que possa proteger uma propriedade cada vez maior fazendo-se cada vez mais poderosa (...). Este processo de acumulação sem fim de poder, necessário para proteger uma acumulação sem fim de capital, determinou a ideologia “progressista” dos finais do século XIX e renunciou a ascensão do imperialismo.

Em uma teoria análoga a de Arendt, ainda que ambos as tenham direcionado especificamente para a lógica capitalista, Arrighi analisa a relação entre a acumulação de recursos materiais de poder e o exercício da hegemonia. A hegemonia em sua análise empírica é consequência da acumulação de poder, ao mesmo tempo em que proporciona a habilidade de se aumentar os recursos de poder e alterar o *staus quo* do sistema vigente. Na análise de Arrighi, assim como na de Hannah Arendt podemos perceber a correlação entre poder e hegemonia, que aparecem sempre em uma relação mútua de causa e consequência. É preciso ser uma potência hegemônica para ter a habilidade de mudar o equilíbrio de poder em questão, ao mesmo tempo em que é necessário ter recursos de poder abundantes para poder exercer a hegemonia. Como podemos observar em tais palavras de Arrighi:⁷

Do mesmo modo que ao final do século XVII e começo do século XVIII a função hegemônica desempenhada pelas Províncias Unidas excedia o tamanho e os recursos de um Estado como o Holandês, em princípios do século XX esta função resultava excessiva para um Estado com o tamanho e os recursos do Reino Unido. Em ambos os casos, a função hegemônica recaiu em um Estado, o Reino Unido no século XVIII e os Estados Unidos no século XX, que já desfrutavam de uma “rede de proteção” substancial, nomeadamente, vantagens únicas de custos associados com a insularidade geoestratégica, absoluta ou relativa (...). Mas este Estado, em ambos os casos, tinha também peso suficiente na economia-mundo capitalista para poder alterar o equilíbrio de poder vigente entre os Estados competidores em qualquer direção oportuna. E dado que a economia-mundo capitalista havia se expandido consideravelmente ao longo do séc. XIX, o território e os recursos necessários para converter-se em uma potência hegemonia a princípios do século XX eram consideravelmente maiores que no século XVIII.

Outra importante contribuição da teoria de Arendt para o presente trabalho é a distinção que a autora faz entre o poder e a violência, quando em muitas teorias políticas ambos são tratados e vistos de forma análoga. Hannah Arendt afirma que, ao contrário,

⁶ARENDR, Hannah; *The Origins of Totalitarianism*, Nova York, 1966. In: ARRIGHI, Giovanni, *Artículos: Compreender La Hegemonía – 1*, pág. 25

⁷ARRIGHI, Giovanni; *The Long Twentieth Century*. In: ARRIGHI, Giovanni, *Artículos: Compreender La Hegemonía – 1*, pág. 26

a violência destrói o poder, não o cria. Ela questiona se o desaparecimento da violência entre os Estados significaria o fim do poder. E responde que depende de como o poder é visto. Como em situações de dominação e poder é visto em termos de comando e obediência, é então comum a combinação deste com a violência, é também comum se usar o primeiro para justificar o segundo. Arendt então ressalta que isto não é condição suficiente para que poder, autoridade e violência sejam o mesmo. Trazendo sua análise para o âmbito internacional Arendt afirma:⁸

Visto que nas relações internacionais, tanto quanto nos assuntos domésticos, a violência aparece como o último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais – o inimigo externo, o criminoso nativo –, de fato é como se a violência fosse o pré-requisito do poder, e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro ou mostrará ser um tigre de papel.

Ainda assim, Arendt lembra que de fato o poder é a essência de todo governo, não a violência. A violência é um instrumento que depende da orientação e da justificativa pelo fim que almeja. O seja, sem tal justificativa a violência pode ser vista como um instrumento não legítimo. Assim, se houvesse o poder e autoridade de fato, não seria preciso tal instrumento. Arendt conclui que “a violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, conduz à desaparecimento do poder”. Afinal, se havia poder legítimo para atingir o fim almejado, para que o uso da violência? A resposta a tal questionamento será respondida posteriormente.

Tendo em vista as teorias abordadas, podemos analisar como os conceitos de hegemonia e poder se apresentam quando falamos da maior superpotência mundial: os Estados Unidos da América. A supremacia militar, econômica e cultural da potência norte-americana se tornou indiscutível, e com o passar dos anos, sua hegemonia se consolidou no cenário internacional. Porém ser a superpotência mundial não significa exatamente que os EUA possam atuar sozinhos no sistema. Nem que a forma como empreguem seus recursos, ou que exerçam sua hegemonia, possa trazer os resultados desejados em determinados casos. Poderio militar e econômico por si só não garante o êxito das ações norte-americanas. Torna-se oportuno então analisar como os recursos de poder são utilizados pela superpotência e quais seriam eles.

1.3 As principais fontes do poder norte-americano: o *Hard Power*

⁸ARENDR, Hannah; **Sobre a Violência**, Editora Civilização Brasileira, 2009.

Em se tratando de Estados Unidos, o primeiro tipo de poder que vem à mente é aquele em que foi calcada toda a ascensão da superpotência, aquele tipo de poder mais fácil de ser medido: o *Hard Power*, ou poder duro. E a primeira fonte de poder em que se pode pensar é o poderio bélico. Os Estados Unidos são de fato a única superpotência com alcance militar global, estabelecendo esta hegemonia internacional em conquistas militares desde meados do século XX. E com o passar das duas Guerras Mundiais e o início da era nuclear, os EUA passaram a ser praticamente soberanos neste quesito. No entanto, hoje em dia, ainda que poder militar seja crucial, os paradigmas do poder têm se distanciado do destaque no poderio militar. As grandes potências e o sistema internacional em si mudaram sua visão social, aspiram ao bem-estar social e passam a utilizar força militar quando sobrevivência esteja ameaçada. Seguindo a teoria da transição do poder de Organsky, acredita-se que um equilíbrio de poder traga a paz, pois é possível verificar que existiram períodos em que uma distribuição igualitária de poder entre os atores internacionais realmente existiu ou poderia ter existido. Porém um exame mais detalhado revela que estes períodos foram a exceção e não a regra, e que foram na verdade períodos de guerra, e não períodos de paz. Uma distribuição de recursos políticos, econômicos e militares entre Estados é susceptível de aumentar a probabilidade de guerra; a paz é melhor preservada quando há um desequilíbrio das capacidades nacionais entre nações desfavorecidas e favorecidas; o agressor virá de um pequeno grupo de países fortes insatisfeitos, sendo comumente o de poder mais fraco, o agressor (Organsky, 1958).

Assim, força bélica é intensamente utilizada como fonte de poder quando se trata dos EUA. A superpotência utilizou seu poderio bélico e ações como as do Afeganistão e do Iraque. Porém, hoje com a força da opinião pública internacional, o uso da força militar exige elaboradas justificativas morais para ter apoio popular. Na primeira guerra supracitada esta justificativa existia: os ataques do 11 de setembro. Na segunda existiu uma explicação, uma causa moral, mas se tal causa de fato se justificava é algo extremamente questionável, como será analisado mais adiante no presente trabalho. Mesmo assim a superioridade militar norte-americana os deixou em condições de formar alianças militares, desde o século XX até o século XXI. Como pode ser exemplificado pela criação de organizações intergovernamentais como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Criada em 1949, com liderança norte-americana, no contexto da Guerra Fria, uniu num pacto militar os países do bloco capitalista. A organização constitui um sistema de defesa coletiva através do qual seus

Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque feito a um membro da organização (Smith e Owens, 2008). Os Estados Unidos, país com maior poderio bélico e portanto maior poder de atração e influência, se beneficia de tais alianças. O que demonstra que o poder militar continua sendo crucial para a superpotência norte-americana, não importa a forma como o sistema internacional veja tal fato.

Outra fonte de poder norte-americano de extrema importância para o exercício da hegemonia deste país é o poder econômico, que torna-se mais importante tanto em vista do próprio aumento do custo da força militar quanto pelo fato de que os objetivos econômicos, que sempre estiveram no centro das ações dos EUA, se tornam ainda mais importantes na sociedade liberal-capitalista pós-industrial (Harvey, 2004). Sendo o país que responde pela maior parte do mercado comercial e financeiro globalizado, os EUA passam a ser o país que mais tem condições de se impor em um mercado aberto, de forças aparentemente incontroláveis. Através do poder econômico os Estados Unidos conseguem impor seus próprios termos na política dos outros Estados, seja através de acordos ou ajuda econômica, como, por exemplo, no já mencionado episódio da Sérvia, onde a ajuda econômica, na maior parte norte-americana, foi o que impulsionou o governo sérvio a entregar Milosevic ao Tribunal Penal Internacional. Outra forma bastante utilizada na política externa norte-americana de utilizar sua influência e poderio econômico para se chegar aos resultados desejados, é aplicar sanções econômicas aos países que não se submeteram à sua influência ou que representam obstáculos aos seus objetivos, seja à curto ou à longo prazo. É o que ocorre na proibição internacional de se manter comércio com o Irã, por exemplo, ou que ocorria com Cuba até o presente ano de 2015 (quando o atual presidente Barack Obama começou a suspender gradativamente o embargo, num marco da política externa norte-americana, servindo mais uma vez aos interesses e objetivos atuais do país).

Ainda que ao se pensar em Estados Unidos os poderes militar e econômico sejam as fontes materiais de poder que primeiro vêm à mente, uma série de outros recursos também formam a base do poder internacional norte-americano. E mais, tais recursos acabam dando respaldo para que os EUA possam utilizar seu poder econômico e militar da forma que os usam. É possível citar a superioridade e a liderança científica e tecnológica e a supremacia no centro de comunicações e informação internacionais. O século XXI, com a supremacia norte-americana na área das tecnologias da informação,

foi considerado por muitos o “verdadeiro século americano” (Nye, 2002). O suporte que a tecnologia, a comunicação e a ciência dão à economia, e a própria indústria bélica norte-americana, colocam os Estados Unidos na vanguarda tecnológica do sistema internacional, ainda que existam rivais como a Alemanha ou o Japão, que apresentem alguma forma de competição à superpotência. Esta liderança tecnológica e científica, que iniciou no século XX, e permanece ainda mais forte no século XXI, é não só uma importante base para o *Hard Power* norte-americano, mais acaba funcionando também como uma fonte de atração da cultura americana para o resto do mundo, não podendo deixar de ser vista também como uma fonte de *soft Power* (Nye, 2004).

De todas as partes do mundo os melhores estudantes universitários e profissionais líderes de suas áreas em seus países são levados para as grandes universidades americanas, de onde saem os grandes gênios da tecnologia e da ciência norte-americana. Ou ainda para o Vale do silício, no estado norte-americano da Califórnia, que pode ser considerado o centro das inovações tecnológicas dos Estados Unidos⁹. É o que ficou conhecido por “fuga de cérebros” internacional, conceito que faz referência aos profissionais especializados em áreas do mercado de trabalho dotados de um alto conhecimento em seu campo profissional, e que migram de países pobres ou com poucas para centros mais desenvolvidos que carecem de suas habilidades. Aqueles mais especializados em suas áreas são assim, atraídos por trabalhos no estrangeiro, tendo melhor remuneração, benefícios e reconhecimento, e ao mesmo tempo a oportunidade de desenvolver pesquisas e tecnologias para o país contratante. Como nas palavras de Josef Joffe “A hiperpotência (Organsky, 1958) também é a sociedade mais atraente e sedutora da história. Napoleão teve de confiar nas baionetas para difundir o credo revolucionário francês. No caso norte-americano, muniquenses e moscovitas querem justamente aquilo que o avatar da ultramodernidade tem a oferecer”¹⁰.

Os Estados Unidos se transformaram em um império, uma superpotência sem concorrentes. Em 2010 o PIB norte-americano passou dos 14 trilhões de dólares, sendo um pouco menor que a soma dos PIBs das quatro outras maiores economias do mundo:

⁹Região na qual está situado um conjunto de empresas implantadas a partir da década de 1950 com o objetivo de gerar inovações científicas e tecnológicas, destacando-se na produção de circuitos eletrônicos, na eletrônica e informática. O vale abrange várias cidades do estado da Califórnia, no sul de São Francisco, e é uma das maiores aglomerações de empresas com domínio de tecnologia de ponta do mundo.

¹⁰JOFFE, Josef; *Envy. The new Republic*, 17 de janeiro de 2000, In: NYE JR. Joseph S., O Paradoxo Do Poder Americano, Editora UNESP, 2002.

China, Japão, Alemanha e França (nesta ordem em 2011). A renda per capita do país é uma das maiores do mundo, atingindo 46.000 dólares em 2010 e 48.000 em 2011. A taxa de crescimento da economia em 2011 foi de 1,5%, ainda que tenha caído em comparação aos anos anteriores e em meio á crises econômicas e da dívida externa, continuou a crescer. A sua indústria é uma das maiores do mundo, altamente diversificada, é a segunda maior em termos de rendimento, crescendo em média 2,5% em 2011, mesmo em meio às crises e à recessão. O país é o quarto maior exportador do mundo, exportando uma média de 1.511 trilhões de dólares em trocas comerciais, atrás apenas da China, da União Européia como um todo e da Alemanha. Os EUA são também o maior importador do mundo, importando em torno de 2.314 trilhões de dólares em 2011. Socialmente a tolerância racial e religiosa tem aumentado em níveis consideráveis (um presidente negro, com ascendência muçulmana, de nome Barack Hussein Obama, foi eleito o 44º presidente do país, pela maioria branca) a criminalidade está caindo, a tolerância com os imigrantes e os esforços para legalizar os que não são têm aumentado na política interna do país¹¹.

Com base em todos estes dados que comprovam a supremacia dos Estados Unidos e pode até provar a força de sua hegemonia, torna-se essencial entender e se perguntar: de onde vem o aparente enfraquecimento e desgaste da hegemonia norte-americana? Que eventos e ações da política externa norte-americana podem o ter posto na posição em que se encontram no cenário internacional, com um poder hegemônico que sofre gradual erosão perante à agenda internacional atual? É preciso compreender com objetividade em uma análise realista, os eventos que ocorreram neste início do século XXI que levaram os Estados Unidos à estarem na posição em que estão. Em especial os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001 e as ações que se seguiram a ele.

¹¹Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html>. Acessado em: 14/04/2014

2. O Declínio do Poder norte-americano no século XXI

A situação americana não começa a se deteriorar no pós- 11 de setembro somente como uma consequência direta das guerras que se seguiram no Afeganistão e na ocupação Iraquiana. A crise econômica global, a crise das hipotecas sub-prime, falências de bancos de investimento, os preços das casas em queda, a falta de crédito levou os Estados Unidos à uma recessão em meados de 2008. A retração do PIB até o terceiro trimestre de 2009, tornou esta a recessão mais profunda e mais longa desde a Grande Depressão. Para ajudar a estabilizar os mercados financeiros, em outubro de 2008, o Congresso dos EUA criou US \$ 700 bilhões nos chamados Troubled Asset Relief Program (TARP). O governo usou alguns desses fundos para comprar participações em bancos norte-americanos e corporações industriais, muitos dos quais só seriam devolvidos ao governo em meados de 2011. Em janeiro de 2009, o Congresso dos EUA aprovou e o presidente Barack Obama assinou uma lei fornecendo um adicional de US \$ 787,000 milhões de estímulo fiscal a ser utilizado nos próximos 10 anos, para criar empregos e ajudar a economia a se recuperar. Em 2010 e 2011, o déficit do orçamento federal chegou a quase 9% do PIB. As receitas totais do governo, vindas de impostos e outras fontes foram então mais baixas, em percentagem do PIB, do que a maioria dos outros países desenvolvidos¹².

Embora o estouro da chamada bolha imobiliária e a crise mundial que se seguiu tenham contribuído imensamente para a deterioração da economia norte-americana e, conseqüentemente, da posição do país perante o cenário internacional, um fato não pode ser negado e não o foi nem mesmo pelos *policymakers* dos EUA: As guerras do Iraque e do Afeganistão tornaram necessárias grandes mudanças no uso dos recursos nacionais, transferidos da área civil para fins militares. Desta forma, contribuíram para o crescimento do déficit orçamentário dos EUA e da dívida pública - até 2011, os custos diretos das guerras totalizaram quase US \$ 900 bilhões, segundo dados do governo dos EUA¹³.

O sistema internacional mudou. O que mudou era de certa forma previsível. Os ataques terroristas já eram um produto das mudanças intensas que vinham ocorrendo no mundo. Como nas palavras de Joseph Nye Jr., “da era da Guerra Fria para a era da informação

¹²Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html>. Acessado em: 14/04/2014

¹³Revista Veja, O Eclipse do Poder Imperial, 185-205. Edição 2193, 2010.

global, mas, até recentemente, as atitudes e a política dos Estados Unidos estavam longe de acompanhar essas mudanças” (Nye, 2002). Para entender o que deu errado, e que ações da política externa norte-americana os levaram ao declínio, é importante rever a história e os fatos que ocorreram desde os ataques.

2.1 O Pós 11 de setembro

Em 2001 o mundo acordou na manhã do dia 11 de setembro com a notícia de que a maior potência do mundo tinha sofrido um ataque de proporções inimagináveis, na cidade considerada o centro de sua economia. O acontecimento deste dia foi decorrente do fato de quatro aviões serem seqüestrados por terroristas membros de uma organização fundamentalista islâmica. Dois destes aviões são atirados contra o *World Trade Center* de Nova York, provocando a queda das chamadas “torres gêmeas” e matando cerca de 3 (três) mil pessoas; o terceiro avião atingiu o Pentágono, prédio onde funciona o Departamento de defesa dos Estados Unidos, localizado em Washington, deixando aproximadamente 200 (duzentos) mortos. Por sua vez, o quarto avião veio a cair na Pensilvânia, quando os passageiros tomaram o controle dos aviões seqüestrados. Especialistas especularam que tal avião provavelmente teria como alvo o congresso ou a Casa Branca, sede do governo dos EUA.

Com os ataques os Estados Unidos dão início a uma “guerra total contra o terrorismo”. Guerra esta moldada e ditada de acordo com os objetivos da política externa dos EUA praticada então. O presidente Bush e o Departamento de Defesa norte-americano citam Osama Bin Laden e a organização Al Qaeda como sendo responsáveis pelos ataques. Bin Laden e a Al Qaeda em pouco tempo assumiriam a autoria dos ataques. Como resposta, as forças norte-americanas iniciaram o bombardeio do Afeganistão, país dominado pelo regime Talibã assumindo, assim, o controle de várias cidades afegãs, e dando início a sua guerra ao terror. Em 2002 a administração Bush anunciou sua doutrina de segurança nacional. Esta proclamava o direito de se recorrer à força para eliminar qualquer ameaça aos Estados Unidos e sua Hegemonia (tal política será analisada oportunamente mais adiante)¹⁴.

¹⁴CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance, Metropolitan, NY 2003*.

O governo Bush, dando continuidade à guerra ao terror, acusaria ainda em 2002, o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte de constituírem “o eixo do mal”. Esta expressão foi utilizada pelo governo do presidente George W. Bush para declarar que estas nações seriam uma ameaça ao mundo ocidental, e também passaram a ser alvo da guerra declarada contra o terror. O presidente Bush e o seu secretário de defesa na época, Donald Rumsfeld, acusaram, perante a comunidade internacional, o regime de Saddam Hussein de estar escondendo em território iraquiano armas de proliferação nuclear e, ao mesmo tempo, iniciam o pedido a ONU de inspeção de tais armas nucleares, e passam a buscar apoio à invasão do Iraque, tanto pela comunidade internacional quanto através da ONU.

Embora de início, apesar da opinião pública internacional estar dividida em relação à abordagem norte-americana no Iraque, a guerra poderia ser, talvez, justificada por aqueles que a apoiavam, como uma guerra à ditadura, ao desrespeito dos direitos humanos e à propagação do terrorismo. Mas com o desenrolar do conflito e à medida que as “provas” apresentadas pelos EUA que ligavam o regime Iraquiano aos ataques terroristas de 11 de setembro foram sendo postas à prova, e muitos analistas políticos na época viam pouca ou nenhuma ligação entre o Iraque e os ataques terroristas que atingiram Nova York, logo se demonstrou a postura dos EUA, que mantiveram a decisão de atacar e ocupar o Iraque, mesmo este tendo posteriormente apresentando relatório a ONU provando que não possuem armas nucleares de destruição em massa. Os EUA, por sua vez, independente da opinião manifestada pela comunidade internacional - algumas potências foram contra esta medida, como ocorre com a Alemanha e França, dentre outros países tradicionalmente aliados dos EUA - lançam a operação de guerra contra o Iraque. No final de 2002 já estava difícil ignorar o fato de que “o mundo estava mais preocupado com o uso desenfreado do poder americano do que com a ameaça representada por Saddam Hussein” e “tão concentrado em limitar o poder do gigante... quanto em tirar as armas do déspota” (CHOMSKY, 2003). Assim torna-se importante entender quais as justificativas e o modo de atuação que levaram os *policymakers* do governo Bush a criar o “inimigo ocidental”, o medo, a guerra unilateral e seus motivos e defendê-los perante o sistema internacional.

Segundo o teórico político John J. Mearsheimer (2011), os EUA se valeram de determinados tipos de condutas políticas para atingirem o objetivo de tornar crível e justificável a guerra no Iraque. Uma das estratégias que poderiam explicar o modo de

atuação da política externa americana neste período é a própria utilização do medo trazido pela ameaça terrorista. Segundo Mearsheimer (2011):

A difusão do medo e de uma ameaça pública ocorrendo quando os líderes de um estado vêem uma ameaça emergente, mas acreditam que o público não vê “o lobo atrás da porta”, sem recorrer a uma campanha de engano. (...) Os líderes envolvidos podem trabalhar para criar uma ameaça que praticamente não existe na mente do público, ou, mais provavelmente, eles irão exagerar a ameaça que não está causando alarme fora dos círculos governamentais. O objetivo final poderia ser a construção de apoio a uma política de contenção, fazendo o público apoiar o aumento de despesas com defesa ou para mobilizar apoio para lançar uma guerra contra um adversário

Líderes que estejam empenhados em alguma causa e utilizem da difusão de temor trabalham para criar uma ameaça que dificilmente existe na mente do público. Eles provavelmente, irão exagerar e até mesmo criar, se for preciso, uma ameaça que não seja reconhecida como tal, ou de fato não exista, causando alarme fora dos círculos governamentais. “Líderes frequentemente mentem por uma boa razão estratégica” Mearshimer (2011), criando assim tal ameaça pública, podendo distorcer informações ou até mesmo enganar, modificar os fatos, para assim ganhar vantagem e legitimar ações políticas perante a sociedade.

Desta forma os líderes conseguem apoio popular, legislativo e internacional, seja na forma de aumento de gastos em determinado setor, uma legislação favorável que legitime a causa em questão ou com o engajamento da população na questão. A difusão de terror também pode ter grande implicação internamente. Quando Bush e seu governo lançam a campanha para fazer de Saddam Hussein aliado do maior inimigo ocidental, Osama Bin Laden, eles também almejavam mudar sua situação interna. O governo Bush também estava às voltas com o período de eleições para o congresso, e a campanha de medo deste governo serviu como um estímulo a mais para mudar a opinião pública norte-americana em relação às eleições também. Afinal, da forma como a situação estava sendo apresentada, o inimigo estava pronto para atacar o país e o governo Bush parecia ter a solução na forma da sua doutrina do uso da força à vontade em caso os EUA julgassem necessário. Entretanto a difusão de temor cumpriu o seu grande papel na política externa dos Estados Unidos. A difusão do terror vem desempenhando um papel importante na política externa dos Estados Unidos ao longo dos últimos setenta anos, como pode ser verificado em vários momentos das relações internacionais norte-americanas. Esta política, descrita por Richard Hofstadter no princípio da década de 60 como “o estilo paranóico da política dos EUA”, é a tradição de basear no temor a

algum outro – seja comunismo, socialismo, anarquismo, ou meros agitadores estrangeiros, ou ainda para a esquerda, conpirações capitalistas – a criação de uma forte solidariedade política no âmbito interno (HOFSTADTER, 1996).

Durante a guerra dos EUA contra a ameaça representada pelo comunismo, o perigo que representava a URSS, Cuba e outros Estados socialistas foi em grande parte uma criação da política externa americana na época, que precisava promover a ameaça comunista tanto internamente quanto em suas relações internacionais. O Secretário de Estado Dean Acheson, temendo que o povo americano não fosse encarar seriamente o perigo representado pela União Soviética na década de 1940, argumentou que era necessário para os líderes norte-americanos ser crucial apresentar os argumentos oficiais norte-americanos "mais claros do que a verdade", caso contrário o público não iria apoiar as medidas que ele achava que eram necessárias para lidar com a ameaça (CHASE, 1998 In: MEARSHEIER, 2011).

Outro claro exemplo amplificação do medo ou de uma ameaça na história da política externa dos EUA ocorreu durante a Guerra do Vietnã. O comportamento do presidente Lyndon Johnson e de seus principais assessores de política externa durante o infame incidente do Golfo de Tonkin no início de agosto de 1964, mostra, mais uma vez, a difusão do medo usada para melhorar aos olhos do público a situação em que se encontrava os EUA, desta vez no Vietnã do Sul. Johnson esperava salvar a situação, aumentando significativamente a luta contra o Vietnã do Norte, mas ele sabia que o público americano tinha pouco entusiasmo em ver o país engajado em uma grande guerra no Sudeste Asiático. O presidente entendia que ele precisava de um mandato do Congresso que sancionasse o uso da força militar contra Vietnã do Norte. Uma oportunidade veio em 1964, quando Washington recebeu a notícia de que barcos de patrulha norte-vietnamitas haviam atacado o navio *destroyer* americano, USS Maddox, no Golfo de Tonkin. Esse suposto incidente efetivamente lhe deu carta branca para entrar em guerra com o Vietnã do Norte.

A administração Johnson utilizou algumas mentiras sobre o que aconteceu na costa do Vietnã do Norte para angariar apoio. O presidente e seus assessores propositadamente deram a impressão de que não havia dúvida de que o ataque tinha de fato ocorrido em 04 de agosto. A proposta de resolução que a administração enviou ao Congresso em 5 de agosto afirmou enfaticamente que os Norte-vietnamitas tinham "deliberada e repetidamente atacado navios de guerra norte-americanos". Na verdade, poucas horas depois do ataque relatado, o comandante do Maddox, navio de guerra em

questão, relatava que haviam boas razões para questionar se realmente havia ocorrido um ataque. Em 4 de agosto, segundo o historiador Fredrik Logevall (1964), Johnson passou a exercer pressão sobre o comandante "para encontrar verificação do incidente", certamente porque ele sabia que havia sérias dúvidas sobre se o ataque havia de fato ocorrido. "No dia seguinte foi dito pelo assessor de segurança nacional do presidente que "Parecia improvável que houvesse realmente acontecido o ataque de 4 de agosto". Em suma, era uma falsidade dizer ou até mesmo implicar que os Estados Unidos tinham certeza do ataque ocorrido, quando eles tinham certeza do contrário.¹⁵

Estes são alguns dos exemplos na história da política externa norte-americana de como o medo e ameaça, mesmo que infundados, podem ser cruciais para se conseguir objetivos almejados interna e internacionalmente. O mais recente, e talvez, o mais contundente exemplo em que os EUA utilizaram da política de difusão do terror foi visto no governo Bush, nos meses que antecederam os ataques ao Iraque em 19 de março de 2003. Não há dúvidas de que o presidente e seus principais assessores realmente acreditavam que Saddam Hussein era uma ameaça perigosa que tinha de ser afastada, mais cedo ou mais tarde. Os políticos, em sua maioria os chamados falcões republicanos neoconservadores de uma ala mais belicista de direita que lutam para manter seu controle no Partido Republicano dos Estados Unidos.

Mas ao mesmo tempo, hoje é também incontestável que eles sabiam não haver muito, ou quase nenhum entusiasmo, para invadir o Iraque entre o público em geral. Já em Dezembro, o apoio aos planos de guerra de Washington mal atingia a casa dos 10 por cento em quase qualquer lugar fora dos EUA, de acordo com pesquisas internacionais.¹⁶ Além disso, o serviço militar norte-americano, o Departamento de inteligência, o Departamento de Estado, e o Congresso dos EUA não estavam realmente dispostos para esta guerra. Para superar esta relutância em atacar o Iraque, o governo Bush iniciou uma campanha fraudulenta para aumentar a ameaça representada por Saddam Hussein. A campanha envolveu dissimulação, e muitos discursos que, na verdade, levavam a lugar nenhum e que, acima de tudo envolveu mentir para o povo norte-americano e para a comunidade internacional. Quantas e quais foram as mentiras realmente utilizadas pela administração do governo Bush para chegar ao objetivo

¹⁵Estas palavras foram usadas por McNamara e pelo Secretário de Estado Dean Rusk quando ambos testemunharam perante o Comitê House Foreign Affairs Em 6 de agosto de 1964. IN: LOGEVALL, *Choosing War*, 203.

¹⁶CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*, Metropolitan, NY 2003.

primordial de controlar o Iraque? (ainda que não fosse este a aperecer para o público no anteceder da Guerra). Talvez nunca se saiba. Porém as que vieram a se tornar de conhecimento público, mostram claramente a campanha de mentiras que esconderam as ações unilaterais americanas, a verdadeira motivação por trás da guerra e os meios para se chegar a ela.

De início, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, disse em 27 de setembro de 2002 ter provas irrefutáveis de que Saddam seria um aliado bastante próximo de Osama bin Laden. Pelo mesmo caminho seguiu o Secretário de Estado Colin Powell que afirmou antes da guerra a parceria entre Bin Laden e o Iraque, e disse haver “um vínculo sinistro entre o Iraque e a rede terrorista Al Qaeda”. Na verdade, ambos não tinham tais provas, o que admitiriam somente em 2004, quando Rumsfeld disse ao Conselho de Relações Exteriores que “ao meu conhecimento, não chegou nenhuma evidência forte e sólida que ligue os dois”.¹⁷ Já Powell afirmou no mesmo ano que não teria visto provas concretas sobre a conexão, mas acreditava que a possibilidade de tais conexões existiam e que era prudente considerá-la no momento em que os EUA fizeram.¹⁸ A única verdade é que o governo Bush realmente tinha provas sólidas antes da guerra do Iraque de que Saddam Hussein e Bin Laden não estavam trabalhando juntos. Como pôde ser observado posteriormente, duas figuras-chave da Al-Qaeda, Khalid Sheikh Mohammed e Abu Zubaydah, haviam contado, separadamente, aos interrogadores americanos que Osama bin Laden havia cogitado pedir a Saddam Hussein para formar uma aliança contra os Estados Unidos, mas que posteriormente decidiu não fazê-lo (RISEN, 2003 In MEARSHEIMER, 2011). Além disso, nem a CIA - Agência central de Inteligência - pôde encontrar provas conclusivas de uma ligação significativa entre Bin Laden e Saddam, antes dos Estados Unidos invadirem o Iraque. Tão pouco a Comissão do 11/9 foi capaz de descobrir evidências de um relacionamento de colaboração entre os dois líderes. Ainda na tentativa de ligar o Iraque aos ataques terroristas de 11 de setembro, a administração Bush fez numerosas declarações antes da guerra que foram criadas para insinuar que o ditador Iraquiano foi em parte responsável pelos ataques.

¹⁷COHEN, Richard, *"Powellian Propaganda?"* *Washington Post*, February 13, 2003. IN: MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.

¹⁸SCHIMITT, Eric, *"Rumsfeld Says U.S. Has 'Bulletproof Evidence of Iraq's Links to Al Qaeda,"* *The New York Times*, September 28, 2002, IN: MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.

No entanto, o presidente e seus assessores nunca disseram explicitamente que ele estava de fato ligado a esses eventos. O objetivo – mais uma vez - era conduzir o público norte-americano a tirar mais uma falsa conclusão sobre Saddam sem realmente afirmar tal conclusão. Não é por acaso que quando a guerra começou em março de 2003, cerca de metade da população norte-americana acreditava que o ditador iraquiano tinha ajudado nos ataques ao World Trade Center. A decisão do governo Bush de não informar ao público, antes do início de sua guerra contra o Iraque em 2003 que o ditador iraquiano e Bin Laden não tinham ligação foi crucial para qualquer apoio que a empreitada americana tenha conseguido. Afinal, se estes fatos fossem tornados públicos, a alegação do governo Bush de que foi extremamente importante para ganhar o apoio do público e do Congresso para a guerra, teria sido imensamente prejudicada. Como todos sabem hoje, estes detalhes só foram descobertos e sendo revelados pela imprensa internacional anos depois da invasão ter ocorrido.

Outra das afirmações mais importantes na dissimulação norte-americana, ocorreu quando os membros do governo Bush que arquitetaram a guerra, alegaram inúmeras vezes que o Estados Unidos sabiam, com certeza absoluta, da capacidade de obter Armas de Destruição em Massa (ADM) do Iraque, quando eles de fato sabiam não ser verdade. Talvez houvesse até boas razões para se suspeitar que Saddam pudesse ter armas químicas e biológicas, mas nunca existiram evidências concretas de que o regime iraquiano possuía tais artefatos. A CIA também não tinha provas concretas de que o governo do Iraque possuísse ADMs. De fato, quando o Secretário de defesa Donald Rumsfeld e o general Tommy Franks prestaram informações ao presidente Bush em setembro de 2002, Franks teria dito que: haviam procurado mísseis Scud (mísseis balísticos móveis de curto alcance desenvolvidos pela URSS) e outras armas de destruição em massa por dez anos e não haviam encontrado nenhuma até então. O general então afirmou não poder dizer que sabia da existência de quaisquer armas específicas em qualquer lugar” (CIRINCIONE, 2004 In: MEARSHEIMER, 2011) .

Como se estes fatos não fossem o bastante - e de fato não o eram na época por que somente chegaram ao conhecimento da opinião pública anos depois da guerra – até mesmo os inspetores da ONU foram incapazes de encontrar qualquer prova de armas de destruição em massa entre novembro de 2002 e março de 2003, apesar de terem tido a liberdade de procurar em qualquer lugar do Iraque que desejassem. E, obviamente, se o governo dos EUA sabia onde se encontravam tais armas, eles poderiam ter alertado os inspetores da ONU e ajudando-os a encontrar as tais armas de destruição em massa.

Mesmo com os inspetores das Nações Unidas não tendo sucesso em encontrar tais armas, o Secretário de Estado, Colin Powell, ainda em 2003 afirmava que Saddam Hussein possuía estoques de armas químicas assim como possuía capacidade suficiente de produzir mais. Seguindo o exemplo, o presidente Bush declarou em março de 2003: "A inteligência recolhida por este e por outros governos não deixa dúvidas de que o regime iraquiano continua a possuir e esconder algumas das armas mais letais já inventadas." E o secretário Rumsfeld foi ainda mais longe ao dizer que os Estados Unidos sabiam onde se encontravam tais armas. O que hoje se sabe é que tais alegações não verdadeiras faziam parte do objetivo maior dos EUA de destruir o regime do ditador iraquiano, estabelecer controle completo das terras iraquianas, que, como não pode deixar de ser mencionado, são riquíssimas em petróleo, combustível base de toda economia e cadeia de produção norte-americana. Ainda que isto não possa ser admitido como o único objetivo americano, não pode deixar de ser mencionada a "coincidência". Como coloca David Harvey, se os EUA conseguissem estabelecer um regime amistoso no Iraque, daí passando para o Iran e consolidar sua presença estratégica na Ásia Central controlando assim as reservas de petróleo, disporiam então de tal autoridade sobre a reserva global de petróleo que poderia impor seus interesses a economia global e prolongar seu próprio domínio por outros cinquenta anos. Dado que todos os competidores econômicos dos EUA, tanto na Europa como na Ásia Oriental, dependem do petróleo do Oriente Médio, Harvey se pergunta:

Que melhor meio poderiam ter empregado os Estados Unidos para evitar esta competição e assegurar sua própria posição hegemônica que controlar o preço, a produção e a distribuição do recurso econômico chave de que dependem seus competidores? E que melhor meio para conseguir-lo que aquele em que os Estados Unidos seguem sendo ainda o mais poderoso: a força militar?¹⁹

O fato é que os Estados Unidos, seja antes ou durante a guerra do Iraque, sonegaram informações que prejudicassem ou enfraquecessem seu objetivos e a posição vantajosa em que se encontravam. Os EUA simplesmente protelaram a apresentação das provas que diziam ter. E que hoje sabemos nunca haverem existido.

Ainda segundo Mearsheimer (2011), um país que esteja preocupado que seus aliados não estejam prestando atenção suficiente para um Estado considerado inimigo e perigoso, pode mentir sobre seu comportamento ou fazer parecer maior a capacidade e

¹⁹HARVEY, David, **O Novo Imperialismo**, Edições Loyola, 2004. In: ARRIGHI, Giovanni, **Artículos: Compreender La Hegemonía – 1**, pág. 27. New Left Review (edição em espanhol), Madrid, Akal 2005.

os recursos de seu adversário, para que estes pareçam uma fonte de perigo considerável para seus aliados. Ao menos esta foi mais uma estratégia da política neoconservadora administração Bush. O governo Bush se envolveria em mais esta forma de manipulação política no início de 2005, quando estavam preocupados que a China, Japão e Coreia do Sul não estivessem avaliando plenamente a gravidade da ameaça representada pela Coreia do Norte, ou não a avaliavam da forma como precisava os EUA. Para obter a sua atenção, funcionários do Conselho de Segurança Nacional foram para a Ásia e criaram o caso de que a Coreia do Norte havia vendido à Líbia hexafluoreto de urânio, um ingrediente crucial para a fabricação de armas nucleares. Na busca por seus objetivos, os EUA faltaram com a verdade mais uma vez. O Paquistão, não a Coreia do Norte, havia vendido o hexafluoreto de urânio para a Líbia, e embora existisse a possibilidade de que o Paquistão, originalmente, tivesse obtido o composto da Coreia do Norte, não há nenhuma evidência pública de que os norte-coreanos entregou tal componente aos paquistaneses com o entendimento de que seria eventualmente transferido para a Líbia. As evidências disponíveis indicam, na verdade, o oposto. As vendas teriam sido acordos não relacionados (MEARSHEIMER, 2011).

Esta política externa unilateralista, chamada também de neoconservadora por teóricos como David Harvey e Giovanni Arrighi (2004), calcada em atingir seus objetivos acima de qualquer outro Estado ou interesse, que remete à características imperialistas, pode não ser fato causador do suposto declínio da hegemonia norte-americana. Mas definitivamente contribuiu para que exista a possibilidade de tal declínio e das crises que aconteceram desde então. O imperialismo na definição de Harvey seria de forma generalizada uma extensão ou imposição de poder, autoridade ou influência de um Estado sobre outros Estados ou povos sem Estados (HARVEY, 2004). Os erros e atitudes cometidos intencionalmente após os ataques terroristas às torres gêmeas tem características claras de uma política imperialista. Erros esses que trouxeram, e ainda trazem, graves consequências para os Estados Unidos em âmbito externo assim como na esfera das suas relações exteriores. Assim como apontado por Noam Chomsky, um país hegemônico deveria ter certas preocupações e cuidados em mente:

...Deve-se parar para focar a atenção sobre a potência mundial que proclama a hegemonia global. Suas ações, doutrinas e orientação deve ser uma preocupação para todos no planeta, particularmente, é claro, para os próprios americanos. Muitos deles têm vantagens incomuns e liberdades, daí a sua capacidade de moldar o futuro, e deveriam encarar com cuidado as responsabilidades que são o corolário imediato de tal privilégio.²⁰

²⁰CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*, 2003.

Tais cuidados não foram tomados pelo governo de George W. Bush no pós 11 de setembro, ao contrário, foram postos de lado e usados apenas como simples justificativa para os objetivos do governo norte-americano de então. Tal desrespeito parece ter acarretado certas consequências à hegemonia norte-americana perante o sistema internacional. Como pode ser evidenciado imediatamente após a invasão do Iraque pelo exército dos EUA. Dois meses mais tarde, após enormes protestos em todo o mundo, a imprensa informou que ainda poderia haver duas superpotências no planeta: os Estados Unidos e a opinião pública mundial ("Estados Unidos" significando aqui o poder do Estado, não a opinião pública ou mesmo a opinião da elite). No início de 2003, estudos revelaram que um medo dos Estados Unidos estaria alimentando em todo o mundo, juntamente com a desconfiança na liderança política em questão. A destituição de direitos e necessidades humanas elementares, aparenta ter sido acompanhado por uma exibição de desprezo pela democracia, de acordo com os entrevistados pela pesquisa (TYLER, 2003 In: CHOMSKY, 2003).

Em sua busca por controle das reservas de petróleo do Oriente Médio os Estados Unidos passaram por cima de princípios morais e dos direitos humanos que vêm tendo importância cada vez maior na agenda política internacional. O que não passou despercebido pela opinião pública mundial, tão pouco pela opinião pública norte-americana. Os EUA deveriam ter sido mais cuidadosos com a opinião pública e, de fato não respeitaram o poder crescente que representa a opinião pública internacional. Nas palavras de Thomas Friedman, deveriam ao menos convencer a todos de que sua intenção era proteger o direito no mundo a sobrevivência econômica, e de que atuava em benefício do planeta e não só para preservar o próprio interesse. Se ocupassem o Iraque e instalassem ali simplesmente um autocrata pró-Estados Unidos para dirigir as reservas petrolíferas iraquanas (como aconteceu em outros Estados Árabes), então esta guerra, motivada pelo petróleo, seria imoral (Friedman, 2003). E assim o pareceu aos olhos de toda comunidade internacional. Na administração de Bush os *policymakers* que eram peça chave de seu governo para definir a política externa norte-americana estavam na esfera militar – como o eram Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz e Colin Powell, dos chamados Falcões republicanos, anteriormente mencionados. O que explicaria toda a lógica militar aplicada no pós 11 de setembro e falta de uma política voltada para a diplomacia, para o multilateralismo e para a esfera externa. A guerra contra o terror iniciada nesta administração e a invasão

do Iraque asseguraram o controle dos EUA sobre o abastecimento de petróleo a competidores econômicos e estratégicos, evitaram a formação de um bloco de poder euroasiático e impôs uma nova sensação de ordem social nos próprio país (ARRIGHI, 2005).

Porém, ao decidir invadir o Iraque unilateralmente, o governo Bush desrespeitou alianças, acordos e instituições, e ainda, produziu dúvidas sobre a legitimidade das ações norte-americanas e espalhou em larga escala o receio de como os EUA passariam a usar seu poder preponderante. A queda vertiginosa da atratividade que possuía os EUA ao redor do mundo fez com que fosse difícil também recrutar apoio para a ocupação e reconstrução do Iraque – o que acabou tornando a guerra muito mais custosa do que havia sido previsto, criando um déficit no orçamento e nas contas norte-americanas, que contribuíram também para a crise econômica e resseção do país. A guerra no Iraque foi uma grande demonstração da enorme vantagem americana na esfera militar, e de seu Hard Power em geral, fonte de poder no qual estava calcada a administração Bush. Mas não conseguiu reduzir a vulnerabilidade do país em relação ao terrorismo e ainda custou grande perdas em termos de atratividade e economia (ARRIGHI, 2005). Através do Hard Power os EUA continuam hegemônicos quando comparado a outras nações. Mas ser hegemônio no sistema internacional atual - onde assuntos da esfera do poder brando só crescem na agenda política - tem se tornado incerto. A manutenção da hegemonia norte-americana se torna uma necessidade crescente. E a necessidade de se rever a base de poder desta hegemonia assume grande importância.

3.Mudanças e Ajustes na Política Externa norte-americana.

Como pode ser notado após a invasão do Iraque, a transição do governo de George W. Bush para o unilateralismo, recorrente em alguns momentos na política externa norte-americana, para a abordagem da coerção e para o uso indiscriminado do recurso do poder militar incomparável, demonstra uma abordagem de política externa de alto risco à sustentação da supremacia estadunidense calcada no campo militar e de controle ao recurso natural chave para a nação norte americana: o petróleo.

De acordo com Arrighi:

São limitadas as opções dos Estados Unidos. O país (...) tem condições de converter sua hegemonia em declínio numa dominação exploradora. Se o sistema vier a ruir, a razão primordial será a resistência norte-americana ao ajuste e à acomodação. E inversamente, o ajuste e a acomodação norte-americanas ao poder econômico ascendente da região do Leste da Ásia são uma condição essencial para uma transição não-catastrófica a uma nova ordem mundial.²¹

Deste modo pode-se observar que os Estados Unidos poderiam controlar a sua abordagem de política externa atual calcada no uso extremo do *Hard Power* em geral, que não conseguiu reduzir a vulnerabilidade do país em relação ao terrorismo e ainda custaram grande perdas em termos de atratividade e economia. Poderiam renunciar, ao menos reduzir, a trajetória imperialista da administração Bush, em uma trajetória de redistribuição de riqueza dentro de suas fronteiras, redirecionando os fluxos de capital para a produção e a renovação das estruturas físicas e sociais. Como exemplo da mudança necessária nas várias esferas de poder estadunidense é possível destacar a incoerência entre a lógica imperialista territorial que tentava impor a visão unilateralista da administração Bush e a lógica capitalista de poder. Ainda que os gastos militares pederiam impulsionar a economia dos Estados Unidos de forma imediatista, à longo prazo aumentam a dívida externa do país, e assim, aumentariam também a vulnerabilidade frente à fuga de capital, aumentariam os riscos para o capital financeiro seguir financiando a dívida interna dos Estados Unidos, segundo Arrighi (2004), mais ainda se a inversão na China e em outros centros emergentes de da acumulação de capital oferecem saídas mais rentáveis para o capital excedente que a expansão e o

²¹ARRIGHI, Giovanni; *Chaos and Governance IN HARVEY, David; O Novo Imperialismo*, Edições Loyola, São Paulo, 2004.

consumo improdutivo estadunidense no setor privado e militar. Esta mudança na forma de locação do capital financeiro poderia por sua vez induzir a propagar uma mudança de regime em Washington, como sendo algo necessário para sua própria “sobrevivência”, o que teria por sua vez o efeito de frear redidamente a versão do imperialismo neoconservador estadunidense. Ainda demonstrando as perdas que a invasão ao Iraque trouxe à economia norte-americana, e também aos aliados norte-americanos na guerra, o conflito, em uma dimensão maior do que todos poderiam esperar, foi seguido por uma longa, violenta e custosa luta que converteu a ocupação do Iraque de um regime amistoso em um projeto cada vez mais duvidoso e custoso.

Na esfera da política externa, ainda segundo Arrighi os desdobramentos inesperados da invasão e ocupação iraquianas trazem o que pode ser chamado de “persistência da síndrome do Vietnam”:

No Iraque, assim como no Vietnam, as crescentes dificuldades estadunidenses para eliminar a resistência de uma guerrilha comparativamente insignificante corria o risco de causar danos a credibilidade do poderio militar estadunidense em todo o mundo. Mas, precisamente porque o Iraque não é o Vietnam, e 2003 não é 1968, pretendo demonstrar que o fracasso no Iraque é um desafio ao poder estadunidense ainda mais sério que seu fracasso no Vietnam.²²

Os Estados Unidos subestimaram os prejuízos e as baixas que a ocupação do Iraque trariam tanto para sua política externa, quanto para a política interna também e principalmente para a visão internacional do momento que vivia o país e do que parecia que viria a seguir. A guerra ao Afeganistão que se seguiu imediata aos ataques terroristas às torres gêmeas, constituiu uma opção mais racional, se o objetivo da guerra contra o terror fosse unicamente capturar e acabar com céluas terroristas, como parecia ser no início, e não reconfigurar a geografia política da Ásia ocidental. Porém, já em meados de 2003 as baixas estadunidenses começaram a aumentar e as vantagens políticas e econômicas diminuíram consideravelmente quando os planos dos Estados Unidos de reconfigurar o Iraque seguindo unicamente os seus interesses se chocaram com a realidade no terreno iraquiano, e tais planos tiveram que ser revisados ou mesmo abandonados (ARRIGHI, 2005). E assim, a perda de poder político, cultural, econômico e social que os EUA sofreram como consequência de sua incapacidade para impor sua vontade contra a resistência iraquiana seria muito maior que a sofrida devido a derrota no Vietnam.

A reação internacional ao que seguiu, quando o governo Bush desrespeitou alianças, acordos e instituições, como já colocado, produziu dúvidas sobre a

²²ARRIGHI, Giovanni, *Artículos: Compreender La Hegemonía – I*, pág. 47, New Left Review (edição em espanhol), Madrid, Akal 2005

legitimidade das ações norte-americanas e espalhou em larga escala o receio de como os EUA passariam a usar seu poder preponderante, causando uma queda na atratividade²³ do poder hegemônico norte americano, que não pode ser revertida. Uma pesquisa de opinião no Canadá à época mostrou que mais de 36 por cento dos canadenses entrevistados viam os EUA como uma possível ameaça à paz mundial, contra apenas 21 por cento que nomearam Al Qaeda, 17 por cento que escolheram o Iraque, e 14 por cento a Coreia do Norte. Ainda uma pesquisa informal feita pela revista Time revelou que mais de 80 por cento dos entrevistados na Europa consideravam os EUA como uma ameaça à paz mundial.²⁴ Mesmo que esses números estejam errados por algum fator substancial, ou representem uma generalização e simplificação do sentimento geral que se seguiu à guerra ao terror dos norte americanos na administração Bush, são dados que podem ser considerados para exemplificar uma das muitas mudanças que passaram a ocorrer com a hegemonia dos EUA neste período.

O debate internacional não passou a ser marcado sobretudo por questões ligada ao terrorismo ou a situação do Iraque, passou a existir um aparente sentimento de angústia no mundo sobre o poder estadunidense, o debate global passou a ser sobre os EUA e seu papel nesta nova ordem mundial cada vez mais multipolar. A guerra com o Iraque pode ter parecido uma solução para o problema que representava o Iraque na administração do governo norte americano de George W. Bush, mas com toda certeza não é uma solução para o problema que se impõe aos Estados Unidos: o de que as ações dos EUA entram em flagrante contradição com o discurso que o país defende no plano internacional - onde assuntos da esfera do poder brando só tendem a crescer na agenda política. Uma manutenção da hegemonia norte-americana se tornou uma realidade, e cada vez mais urgente.

3.1 Redefinindo parâmetros da política externa: o futuro da superpotência

Diante do exposto é possível inferir que a guerra total ao terror usada como estratégia política externa para justificar e tornar legítima qualquer medida tomada pelo Estado norte americano, tem se tornado insuficiente do ponto de vista do posicionamento adotado pelo país como superpotência no sistema Internacional. Como previamente abordado, segundo Mearsheimer (2011), os EUA se valeram de

²³Atratividade no conceito de poder, seria a capacidade e probabilidade de se convencer e atrair outras nações através de política, cultura, valores ou influencia, podendo assim se atingir os objetivos e ações desejados, quando estes são compartilhados e vistos como legítimos (NYE, 2004).

²⁴CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*, 2003. Página 64.

determinados tipos de condutas políticas para atingirem o objetivo de tornar crível e justificável a guerra no Iraque. Uma das estratégias que poderiam explicar o modo de atuação da política externa americana neste período é a própria utilização do medo trazido pela ameaça terrorista. Outro problema decorre de que a forma de soberania calcada no uso do hard power resultou demasiado custosa. Como colocado por Nye Jr (2002), mesmo grane países dotados de poder bruto, como os Estados Unidos se vêem obrigados a dividir o palco no âmbito internacional com novos atores. Especialmente no tocante à oinião internacional, à revolução da informação e ao controle de fronteiras da influência numa ordem mundial multipolar do mundo globalizado. Segundo Nye (2004),

A globalização não substituirá o espaço geográfico nem abolirá a soberania dos países, porem coexistirá com eles e torna muito mais complexo o significado de um estado soberano ou de uma potência. Ao conceber a política externa da era da informação global, os norte-americanos precisam ter mais consciência da importância do modo pelo qual a tecnologia da informação cria novas comunicações da poder a indivíduos e a agentes não-estatais, e avulta a importância do papel do poder brando.

A desvantagem dos Estados Unidos nessa distribuição de poder mais complexa do século XXI, é que cada vez mais fatores escapam ao controle mesmo da superpotência. O dia 11 de setembro de 2001 e tudo o que seguiu a ele deveria ter sido um grande alerta. Muito embora os Estados Unidos continuem soberanos no que diz respeito às medidas tradicionais, ocorrem no mundo cada vez mais fatos que essas medidas não conseguem abranger. Ou ao menos, não conseguem abranger com atuação do país da forma que foi feita. Novos atores não-estatais (ONGs, organizações internacionais, companhias multi e transnacionais, e também os grupos e organizações terroristas) continuam surgindo e atuando de forma drástica no sistema internacional, a revolução da informação permite uma alcance e poder maior a estes atores – inclusive no âmbito do terrorismo e o radicalismo religioso surgindo com um desafio que se prova cada vez mais difícil de ser freado ou mesmo combatido - as preocupações climáticas só se tornam mais e mais crescentes, os desaios econômicos e crises financeiras trazem novos atores estatais e outras economias despontam como poderes atuantes no sistema internacional.

Estes são somente alguns dos desafios e mudanças ocorridas na política e na ordem mundial, que provam que os norte americanos já não podem mais atingir suas metas internacionais atuando sozinhos. A cooperação internacional irá se mostrar cada vez mais um importante instrumento de desenvolvimento e alcance de políticas internacionais, otimizando a atuação do país, auxiliando o país a promover as mudanças estruturais desejadas no sistema, superando dificuldades e fortalecendo as instituições assim como cada país atuante individualmente, tanto quanto coletivamente.

Os Estados Unidos irão necessitar desta cooperação internacional e de políticas multilaterais para resolver os conflitos internos de outras sociedades e monitorar e controlar as transações transnacionais que os ameaçam internamente. É preciso mobilizar coalizões internacionais a fim de enfrentar novas ameaças e os desafios atuais, aprendendo tanto a compartilhar a liderança, quanto reaprendendo a liderar. Seguindo as palavras de Nye (2002), o paradoxo do poder americano, no fim do milênio, é que ele é grandioso demais para ser desafiado por qualquer outro Estado, mas não o bastante para resolver problemas como o terrorismo global. Os Estados Unidos, precisam da ajuda e do respeito das outras nações, e continuará a ter sérias dificuldades em manter sua posição como superpotência no sistema internacional se não o obtiver. À medida que o país formular sua política externa na nova era que se iniciou não se deve basear somente em termos de impopularidade, hegemonia, nem por medidas de atuação em que se compare o poder bruto de Estados. O que representa um desafio no âmbito interno da política norte-americana ao por em prática esta nova maneira de atuação no sistema internacional investindo em abordagens calcadas em elementos de *soft power* que se afastem do unilateralismo empregado em sua política externa no pós 11 de setembro e que aproximem o país da credibilidade necessária com as normas globais prevalentes, que enfatizam o pluralismo e a cooperação. Neste novo cenário é a combinação do poder bruto e do poder brando, aliado a uma atuação multilateral que se mostram necessários a uma política externa bem sucedida.

Joseph Nye (2002) sustenta que as relações de poder no mundo atual estão de tal forma complexas que o papel dos Estados Unidos pode ser melhor exemplificado por meio de um desenho tridimensional em que três tabuleiros de xadrez se sobrepõem: no tabuleiro superior, o mais simples, é retratado o poder militar norte-americano em relação ao do mundo, e este ‘tabuleiro’ permanece unipolar, já que os EUA ainda são uma potência militar hegemônica; no tabuleiro do meio, já menos simples, se encontram as relações econômicas entre países e blocos comerciais, e a hegemonia americana atualmente já aparece quebrada por nações como a China, o Japão e pela Europa, além das economias emergentes. Este tabuleiro já apresenta uma característica multipolar, ou seja, os Estados Unidos precisam da cooperação e interação com os outros atores e países para então atingir seus objetivos; o terceiro tabuleiro e o último já retrata um cenário de alta complexidade, mostrando as relações internacionais legais e ilegais entre atores estatais e não-estatais e entre pessoas, instituições e grupos fora do controle dos governos. Nesta área especialmente, impera a volatilidade e a imprevisibilidade, e os Estados Unidos se mostram vulneráveis (Nye, 2002). Esta sobreposição de ‘tabuleiros’ pode demonstrar a complexidade em que se encontra a atuação dos EUA no cenário internacional. E quando a ação coletiva é indispensável para se obter os resultados desejados, o poder então se torna limitado

por definição e os Estados Unidos se veem obrigados a trabalhar em aproximação da multilateralidade. Ainda segundo Nye (2002):

Embora os Estados Unidos sejam muito eficientes na adoção de medidas convencionais, há muitas coisas nada convencionais ocorrendo no mundo. Sob a influência da globalização e da revolução da informação, a política mundial está se transformando de tal maneira que os norte-americanos não conseguem mais atingir seus objetivos sozinhos²⁵

O desafio que surge para que se ponha em prática esta nova abordagem de atuação na ordem internacional, é conciliar os interesses internos norte-americanos entre correntes unilateralistas e multilateralistas. Porém, como nas palavras de Nye “por mais que o multilateralismo envolva custos e dificuldades, no quadro mais amplo, os benefícios são muito maiores”. No quadro atual maior cooperação significa a maior liberdade de ação para os Estados Unidos. Não se trata apenas de o unilateralismo excessivo poder prejudicá-lo, mas sim que o multilateralismo se apresenta como a melhor maneira de atingir objetivos a longo prazo. O unilateralismo se torna cada vez mais distante da ordem internacional que se desenha atualmente e a cooperação se torna cada vez mais essencial na nova agenda global, em inúmeras frentes, como o aquecimento global, a estabilidade dos mercados financeiros globais, o sistema internacional de comércio, a proliferação de armas de destruição em massa, o tráfico de narcóticos e o crime organizado internacional, o terrorismo transnacional e a atuação de grupos extremistas. Todas estas questões se impõem com graves efeitos para os Estados Unidos, e seu controle e atuação é um importante interesse nacional - assim como um grande interesse internacional, interesses estes que não poderão ser defendidos senão por meios multilaterais.

Segundo Paul Kennedy (2010), os Estados Unidos estão lenta e naturalmente, perdendo seu status diferenciado no sistema internacional e voltando a ser simplesmente um dos mais proeminentes membros do pequeno clube das Grandes Potências. Kennedy coloca que a hegemonia planetária dos EUA se apoiava no poder militar, no poder econômico e no poder suave, entendido por ele como a capacidade de persuadir em vez de coagir. Os EUA estavam isolados a frente de qualquer outro competidor. Porém neste início de século XXI, seguindo sua análise, a situação já se mostra diferente e não se verifica tal hegemonia em todos os campos de atuação. Kennedy afirma que o campo em que se pode observar maior declínio é o do poder brando. A capacidade de atração e coerção e aprovação internacional do país se mostra cambaleante, ainda que esta conclusão possa parecer subjetiva em alguns momentos. “No que tange à democracia, é

²⁵NYE JR. Joseph S., *O Paradoxo Do Poder Americano*, Editora UNESP, 2002.

bastante provável que em um sistema de voto totalmente livre em países como Egito, Arábia Saudita e China, leve ao poder maiorias parlamentares altamente críticas das políticas de Washington” (KENNEDY, 2010). Os EUA ainda enfrentam o surgimento, seguindo o padrão de ascensão e queda das Grandes potências, de novas nações que avançam no imenso espaço geopolítico deixado pelos EUA desde o pós guerra de 1945 (KENNEDY, 1989).

Os atentados terroristas a Nova Iorque e a Washington, em 11 de Setembro de 2001, se tornaram um divisor de águas não só para os Estados Unidos, mas para o mundo. Iniciou-se a guerra contra o terror global, validando a visão de mundo republicana resultando em dois conflitos militares, Afeganistão e Iraque, a Doutrina Bush²⁶, uma reeleição, uma sociedade fragmentada, um mundo e uma hegemonia em colisão. Pode ser observado que apesar de anunciada como nova, a guerra contra o terror, é travada pelos meios clássicos: ataque a Estados, esquecendo-se de sua multidimensionalidade social, cultural, política e econômica, e de sua natureza assimétrica (entre diferentes atores, Estados e Forças Transnacionais, e Estados de diferentes recursos). Embora também seja necessário lembrar que os ataques não foram somente resultado da política neoconservadora dos chamados falcões do governo Bush, relacionando-se também a um processo histórico de contestação hegemônica, aprofundado pela exclusão da globalização e do neoliberalismo e a ausência de reformas estruturais nas relações interestatais. Interdependência, e principalmente na falta de foco em temas de *soft power* como economia e negociações, ajuda, direitos humanos, e meio ambiente encontram-se em segundo plano (PECEQUILO, 2007).

Foi possível notar que as ações norte-americanas, a pretexto da guerra contra o terror, trouxeram consequências diretas para os EUA perante o sistema internacional. Houve um certo declínio Econômico, onde os Estados Unidos continuaram perdendo espaços para os competidores europeus e asiáticos, apresentando um crescente déficit público e comercial. Outra consequência foi a desconstrução hegemônica (PECEQUILO, 2003) com a desestruturação das redes de influência e exercício da

²⁶Como ficou conhecido o conjunto de princípios e métodos adotados pelo presidente norte-americano George W. Bush, em sua política doméstica e exterior, nas suas administrações, de 2001 a 2009. Os ataques de 11 de setembro, a guerra ao terror e as políticas neoconservadoras dos Falcões da república, marcaram esse período.

hegemonia norte-americana, o que a distanciou de seus parceiros e atribuiu mais ônus a seus objetivos. Como efeitos diretos temos a perda de credibilidade e legitimidade, assim como o aumento do vácuo de poder e instabilidade internacional, o que, associado à doutrina preventiva da guerra ao terror geraram resposta similar nos demais países que passaram a também garantir meios para auto-defesa. Novas corridas armamentistas, disseminação de ADMs, intensificação de crises regionais são alguns exemplos.

Como consequência desse entendimento da situação da hegemonia dos Estados Unidos, pode-se perceber que mudanças na política externa dos Estados Unidos se mostram cada vez mais necessário para conter o desgaste na hegemonia do país perante o sistema internacional. Tendo como base os princípios e teoria estudados, a respeito do poder e da influência dos EUA, uma readequação da estratégia e da atuação da política externa dos EUA, se mostram necessárias em face das transformações políticas e econômicas globais, para que os norte-americanos exerçam sua hegemonia à luz da nova agenda internacional. Uma hegemonia que exerce auto-restrição estratégica, canalizando sua influência através do multilateralismo, da cooperação e de uma rede de organizações internacionais governamentais (OIGs). O multilateralismo através da ONU, da OTAN e de alianças bilaterais se mostra um instrumento que parece essencial, podendo ser utilizado para canalizar a influência dos EUA, diminuindo seus custos ao dividir com os parceiros regionais relevantes os ônus das ações a serem eventualmente tomadas. Preparar o exercício de uma liderança compartilhada, em um sistema que tende à multipolaridade, se mostra necessário, preservando assim o poder dos Estados Unidos. Da mesma forma, é uma tática de “engajar para conter”, trazendo para o sistema nações que poderiam no futuro vir a desestabilizá-lo (PECEQUILLO, 2003). Ainda que o presente trabalho se atenha aos anos imediatos após os ataques de 11 de setembro de 2001, já é possível notar certas mudanças no presente. O atual governo do democrata Barack Obama, ainda que no início de seu primeiro mandato, parece já representar uma mudança de postura em relação ao seu antecessor, George W. Bush – priorizando o multilateralismo e a ação conjunta com aliados e pelo Conselho de Segurança da ONU em conflitos recentes, como a guerra civil na Líbia, por exemplo, além de ter anunciado libertação de forma gradual dos prisioneiros da Prisão de Guantánamo em Cuba. Ainda mais recentemente, os presidentes Barack Obama e Raúl Castro anunciaram (em 17 de dezembro de 2014) o restabelecimento das relações

diplomáticas dos Estados Unidos e Cuba, o embargo comercial ao país caribenho, no entanto, permanece.

É possível que exista a defesa dos valores do liberalismo político e econômico, sem abrir mão do elemento militar que sempre foi base e fonte do poder norte-americano. Como já conceituado por Nye (2004), o *smart Power*, ou poder inteligente, que seria a capacidade de combinar *hard* e *soft Power*, em uma estratégia bem sucedida, envolvendo o uso estratégico da diplomacia, persuasão, capacitação, projeção de poder e influência de modo legítimo como políticas sociais, e envolvendo também força militar. Como preconizado por Goldstein e Keohane (1993) as idéias podem ser incorporadas em uma política externa, quando unidas ao interesses materiais e sociais, quando coordenadas, institucionalizadas em regras e normas, ou traçando caminhos através dos quais tais políticas se tornem ações. Tratava-se então no presente caso da readequação da política externa norte-americana de se exercer uma hegemonia calcada na multilateralidade, que mescla componentes tanto do liberalismo político e econômico, quanto do poderio militar, unindo elementos de *hard Power* assim como de *soft Power*, unindo as estratégias e o poderio militar, às idéias, à atratividade e às instituições, tendo como objetivo agregar confiabilidade e legitimidade ao país, para que este permaneça a ser percebido como uma superpotência hegemônica, mas também um aliado e mantenedor de equilíbrios regionais e globais.

Considerações finais

Neste trabalho pede ser visto que o início do século XXI se mostrou extremamente marcado pela reação norte-americana aos ataques terroristas de 11 de setembro, cercados de mudanças paradigmáticas na política internacional, na economia globalizada, nas esferas políticas domésticas e até mesmo nos hábitos e costumes das sociedades. O pós-ataentado parece funcionar como indicador e divisor de mudanças mais amplas e importantes que ainda estão sendo construídas.

Assim buscamos compreender os aspectos políticos, que demonstrem o desgaste da hegemonia norte-americana no século XXI tendo como marco os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e a sua abordagem de contra-terrorismo nas guerras do Afeganistão e do Iraque. O trabalho buscou analisar as mudanças na política externa dos Estados Unidos frente à emergência de uma nova agenda internacional, assim como analisar alternativas no emprego do poder norte-americano para conter a erosão de sua hegemonia em um sistema onde as relações entre os Estados estão cada vez mais internacionalizadas.

Como pôde ser observado no desenvolvimento do trabalho, após à invasão do Iraque, a transição do governo de George W. Bush para o unilateralismo característico da política externa norte-americana, e para o uso indiscriminado do recurso do poder militar, se demonstrou uma abordagem de política externa de alto risco à sustentação da supremacia estadunidense.

Foi demonstrado que os Estados Unidos subestimaram os prejuízos e as baixas que a ocupação do Iraque trariam tanto para sua política externa, quanto para a política interna também e principalmente para a visão internacional do momento que vivia o país e do que parecia que viria a seguir. E assim temos a perda de poder político, cultural, econômico e social que os EUA sofreram como consequência de sua reação aos ataques, das guerras que se seguiram e do uso da força militar indiscriminada. A reação internacional ao que seguiu, quando o governo Bush desrespeitou alianças, acordos e instituições, como já colocado, produziu dúvidas sobre a legitimidade das ações norte-americanas e espalhou em larga escala o receio de como os EUA passariam a usar seu poder preponderante, causando uma queda na atratividade do poder hegemônico norte americano, que não pôde ser revertida enquanto permanecia a

doutrina Bush e suas diretrizes. Pode se observar um país cada vez mais distante daquilo que se vê no sistema internacional atual, em que assuntos da esfera do poder brando só crescem na agenda política. Uma manutenção da hegemonia norte-americana se tornou uma realidade cada vez mais urgente.

Chegando ao ponto onde foi possível demonstrar e concluir que a guerra total ao terror usada como estratégia política externa para justificar e tornar legítima qualquer medida tomada pelo Estado norte americano, tem se tornado insuficiente do ponto de vista do posicionamento adotado pelo país como superpotência no sistema Internacional. Mesmo grandes países dotados de poder bruto, como os Estados Unidos se vêem obrigados a dividir o palco no âmbito internacional com novos atores. Especialmente no tocante à opinião internacional, à revolução da informação e ao controle de fronteiras da influência numa ordem mundial multipolar do mundo globalizado. Novos atores não-estatais continuam surgindo e atuando no sistema internacional, a revolução da informação permite uma alcance e poder maior a estes atores – inclusive no tocante ao terrorismo - as preocupações climáticas só se tornam mais e mais crescentes, os desafios econômicos e crises financeiras trazem novos atores estatais e outras economias despontam como poderes atuantes no sistema internacional. Estes são somente alguns dos desafios e mudanças ocorridas na política e na ordem mundial, que provam que os norte americanos já não podem mais atingir suas metas internacionais atuando sozinhos.

Os Estados Unidos, precisam da ajuda e do respeito das outras nações, e continuará ater sérias dificuldades em manter sua posição como superpotência no sistema internacional se não o fizer. O que representa um desafio no âmbito interno da política norte-americana ao por em prática esta nova maneira de atuação no sistema internacional investindo em abordagens calcadas em elementos de *soft power* que se afastem do unilateralismo empregado em sua política no pós 11 de setembro e que aproximem o país da credibilidade necessária com as normas globais prevaletentes, que enfatizam o pluralismo e a cooperação. Neste novo cenário é a combinação do poder bruto e do poder brando, aliado a uma atuação multilateral que se mostram necessários a uma política externa bem sucedida.

Ao fim do trabalho nota-se o desafio que surge para que se ponha em prática esta nova abordagem de atuação na ordem internacional, é conciliar os interesses internos norte-americanos entre correntes unilateralistas e multilateralistas. Não se trata

apenas de o unilateralismo excessivo poder prejudicá-lo, mas sim que o multilateralismo se apresenta como a melhor maneira de atingir objetivos a longo prazo. O unilateralismo se torna cada vez mais distante da ordem internacional que se desenha atualmente e a cooperação se torna cada vez mais essencial na nova agenda global, em inúmeras frentes, como o aquecimento global, a estabilidade dos mercados financeiros globais, o sistema internacional de comércio, a proliferação de armas de destruição em massa , o tráfico de narcóticos e o crime organizado internacional, o terrorismo transnacional e a atuação de grupos extremistas. Todas estas questões se impõem com grave efeitos para os Estados Unidos, e seu controle e atuação é um importante interesse nacional - assim como um grande interesse internacional, interesses estes que não poderão ser defendidos senão por meios multilaterais.

Referências Bibliográficas

- ARENDDT, Hannah; *Sobre a Violência*, Editora Civilização Brasileira, 2009.
- ARENDDT, Hannah; *The Origins of Totalitarianism*, Nova York, 1966. In: ARRIGHI, Giovanni, *Artículos: Compreender La Hegemonía – 1*, pág. 25, New Left Review, edição em espanhol, 2005
- ARRIGHI, Giovanni, *Artículos: Compreender La Hegemonía – 1*, pág. 47, New Left Review (edição em espanhol), Madrid, Akal 2005
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly, *Chaos and Governance in The Modern World System*, University of Minnesota Press, 1999
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política – Volume 2*. Editora UNB. Brasília, 2007
- CASTRO, Thales. *Elementos de Política Internacional: Redefinições e Perspectivas*. Juruá editora. Curitiba, 2008
- CHASE, James, *Acheson: The Secretary of State Who Created the American World*, New York: Simon and Schuster, 1998, chap. 16. IN: MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.
- CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*, 2003
- CIRINCIONE, Joseph, Comments on *Conference Call Briefing on Iraq's Weapons*, Arms Control Association, Washington DC, 2004). IN: MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.
- COHEN, Richard, *"Powellian Propaganda?"* *Washington Post*, February 13, 2003. IN: MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.
- HARVEY, David, *O Novo Imperialismo*, Edições Loyola, 2004.
- HOFSTADTER, Richard, *The Paranoid style in American Politics and Other Essays*, Cambridge, Harvard University Press, 1996. In: ARRIGHI, Giovanni, *Artículos: Compreender La Hegemonía – 1*, pág. 36, New Left Review, edição em espanhol, 2005.
- JOFFE, Josef; *Envy. The new Republic*, 17 de janeiro de 2000, In: NYE JR. Joseph S., *O Paradoxo Do Poder Americano* UNESP, 2002.
- LA FRANCHI, Howard, *"At the UN, It's Not Just about Iraq"*, *Christian Science Monitor*, 30 October 2002, p. 1. IN: CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*, 2003.

MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.

NYE JR. Joseph S., *O Paradoxo Do Poder Americano*, Editora UNESP, São Paulo, 2002.

NYE JR., Joseph S., *Soft Power: the means to success in world politics*, Public Affairs, United States, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003

RISEN, James, "*Captives Deny Qaeda Worked with Baghdad*", The New York Times, June 9, 2003. IN:MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.

SCHIMITT, Eric, "*Rumsfeld Says U.S. Has 'Bulletproof Evidence of Iraq's Links to Al Qaeda*,"TheNew York Times, September 28, 2002, IN: MEARSHEIMER, John J., *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics*, Oxford University Press, New York, 2011.

TYLER, Patrick E., "*A New Power in the Streets*," New York Times, 17 February 2003, sec. A, p. 1. IN: CHOMSKY, Noam, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance*, 2003.

Páginas Web

CIA – Central Intelligence Agency, *The World Factbook, United States, government and economy*

Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/us.html> . Acessado em 14/04/2014

